

CLIMA NA PIOR – E NA MELHOR – DAS HIPÓTESES, SÃO OS MAIS POBRES QUE DEVEM PAGAR A CONTA?

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº31 | FEVEREIRO DE 2010

CARNAVAL

A FESTA POPULAR, BEM ALÉM DO QUE SE VÊ NA GLOBO

CRISE

O capitalismo diante do seu grande dilema

EUA

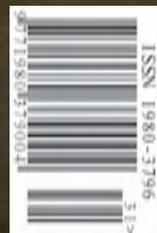
A fome cresce no centro do império

CARTIER-BRESSON

O fotógrafo que é o olhar do século XX

DANTAS

NO BRASIL E NA ITÁLIA, A JUSTIÇA LANÇA NOVA LUZ SOBRE O ESCÂNDALO DO OPPORTUNITY





2010



O TRABALHO ACONTECE,
O RESULTADO APARECE.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



O ano de 2010 foi instituído como o Ano Nacional Joaquim Nabuco.

Falecido em 1910, este pernambucano fundou a Sociedade Abolicionista Brasileira e defendeu o acesso à terra e à educação para os escravos libertados. Foi político, diplomata, advogado, jornalista e escritor. O homem que lutou por esta causa a vida toda deve ser lembrado com orgulho pelos pernambucanos e merece um ano inteiro dedicado à celebração das suas ideias e da sua obra.

0

*Centenário da morte de
Joaquim Nabuco*

06 Ponto de Vista

NO CLIMA DO ESCÂNDALO

O debate sobre as mudanças climáticas se desenvolve de forma torta, como se o povo fosse incapaz de entender a ciência envolvida

09 PEÇAS QUE FALTAVAM

O chamado 'escândalo Daniel Dantas' começa a ser mais bem esclarecido nos tribunais brasileiros e italianos
[Raimundo Rodrigues Pereira]

16 A APOSTA DE CABRAL

O governador do Rio de Janeiro investe numa nova forma de atuação policial para melhorar a segurança pública
[Maurício de Barros Castro]

14 DESMATAR OU NÃO, EIS A QUESTÃO

No Congresso, estão em debate mudanças importantes no Código Florestal que podem permitir a redução de nossas reservas naturais
[Rafael Hernandez]



18 O DILEMA DO ESCORPIÃO

A irracionalidade do sistema de acumulação capitalista ganhou novos contornos com a grande crise financeira
[John Bellamy Foster e Robert W. McChesney, de Monthly Review]



28 TROVOADA E CALMARIA EM COPENHAGUE

A conferência do clima terminou de forma confusa e com pouca ação, embora os países em desenvolvimento tenham obtido ganhos
[Flávio Dieguez]

32 A FOME NO IMPÉRIO

Nos EUA, quase 50 milhões de pessoas ficam sem comer ou comem mal
[Flávio Dieguez e Yuri Martins Fontes]

34 UM GUERRILHEIRO NO PODER

No Uruguai, o ex-tupamaro Mujica quer levar adiante projetos sociais adiados em nome da estabilidade econômica
[Flávio Dieguez]



36 UM TEMPO EXTRAORDINÁRIO

Rio, Salvador e Recife irradiam formas de brincar o Carnaval que fogem ao padrão estabelecido pelas grandes redes de TV
[Tânia Caliari]

44 LUME SOBRE O SOLIDÉU

A elite eclesialística brasileira, de Sergio Miceli, é obra fundamental para a compreensão da história recente da Igreja no Brasil
[Walter Falceta Jr.]

46 O OLHAR DO SÉCULO XX

O trabalho do grande fotógrafo francês Cartier-Bresson foi sintetizado em livro com mais de 150 imagens
[Cristiano Mascaro]

48 A RUA E O CUBO BRANCO

As possibilidades expressivas do grafite se revelam com mais intensidade em eventos recentes realizados em Paris e São Paulo
[Sérgio Franco]

ERRATA

No artigo "Produção em alta, concentração em leve baixa", publicado na edição nº 29, de dezembro passado, informações contidas na página 10, primeira coluna, penúltimo parágrafo, estão erradas. Os dados corretos referentes ao mais recente Censo Agropecuário são os seguintes:

- o número de estabelecimentos de 10 ha a menos de 100 ha equivale a 38% do total e concentra 19% da área
- a quantidade de estabelecimentos de 100 ha a menos de 1.000 ha equivale a 8,2% do total e ocupa 34% da área

FOTO DA CAPA Fred Jordão

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Fernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliari DIREÇÃO DE ARTE Chico Max EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori REVISÃO Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Cristiano Mascaro • John Bellamy Foster • Maurício de Barros Castro • Robert W. McChesney • Rodrigo Garcia Manoel • Sérgio Franco • Walter Falceta Jr. • Yuri Martins Fontes • Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A. EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046 ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho OPERAÇÃO EM BANCAS • ASSESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.





No clima do escândalo

Ao debater as mudanças climáticas como se o povo fosse incapaz de entender a ciência envolvida, fazem-se muito barulho e má política

AL GORE, O EX-VICE-PRESIDENTE

americano e atual profeta do clima, abre seu novo livro sobre o assunto, *Nossa escolha* (Editora Manole, 2009), com um versículo do Deuteronômio, um dos livros do Antigo Testamento: "Ponho diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição". A conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, realizada em dezembro passado, em Copenhague, na Dinamarca, foi apresentada por muitos dessa forma, apocalíptica: teria sido a oportunidade que a humanidade perdeu para salvar a Terra da destruição motivada pelo aquecimento global.

Essa avaliação é errada por vários motivos. O primeiro é de natureza científica: não existe nenhuma evidência de que a biosfera, o ambiente

no qual a espécie humana (e, outrora, seus ancestrais, os hominídeos) vive há milhões de anos, vá sofrer qualquer alteração drástica até o final deste século, mesmo se todos os países mantiverem seus padrões atuais de produção e consumo.

Imagine-se para 2100 o pior cenário estimado pelas projeções do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), o órgão da ONU que reúne as informações científicas disponíveis sobre a evolução das mudanças climáticas:

- o gelo desapareceu nos verões do Polo Norte e do cume de várias montanhas;
- o nível do mar subiu até 80 centímetros;
- na média, as temperaturas de

diversos locais se elevaram em até 3,4°C;

■ e, com isso tudo, cresceu a fúria dos terremotos, dos maremotos, das tempestades, das secas e dos furacões.

O que isso quer dizer? Que o ambiente terrestre será destruído? Ou que serão os mais pobres, os que moram em casas precárias, nas pirambeiras, nas várzeas alagáveis, os que não têm outro lugar para morar, os trabalhadores do campo que sobrevivem de culturas de subsistência em terra pouca e ruim, os que já comem muito pouco num mundo cada vez mais rico, os que mais sofrerão?

O tom bíblico utilizado por Al Gore ao examinar a questão do clima confunde em vez de esclarecer. Deve-se contrapor a ele o cientista alemão

Joseph Reichholf, que trabalhou na Amazônia nos anos 1970 e que, no fim do ano passado, esteve no Brasil para lançar *Breve história da natureza no último milênio* (Editora Senac, 2009). Reichholf diz: “As condições de vida na Terra estão sempre mudando. Os humanos foram capazes de se adaptar, tanto que hoje vivem em todas as regiões do globo, exceto os polos gelados. Os humanos vieram dos trópicos africanos. Viver em um clima quente, como o do Brasil, não é ruim, como comprovei quando estive aí. O mundo estará diferente de qualquer forma até 2100. E o estado atual dele certamente não é o melhor possível. Existem problemas mundiais bem mais prioritários, como a pobreza, a fome e as condições de vida catastróficas de milhões de pessoas”.

Os fatos apoiam suas conclusões. Suponhamos, por um momento, que as mortes decorrentes de inundações e enchentes calamitosas das últimas décadas tenham sido causadas por perturbações da atmosfera terrestre geradas pela atividade humana crescente no planeta. Deve-se, então, atribuir esse tipo de destruição à natureza, como se ela perseguisse os mais pobres, e ao “aquecimento global”? Ou aos interesses concretos de camadas e grupos que determinam as condições sociais sob as quais secularmente vivem as populações mais pobres?

Como mostramos no artigo desta edição sobre a reunião de Copenhague, não pode haver dúvida de que se trata de um problema social: um relatório das Nações Unidas, que cobre o período 2000-2004, mostra que o risco de ser atingido por um desastre climático é 78 vezes maior para quem vive num país pobre do que para quem mora num país rico.

No seu já citado livro, Gore diz que ouviu um de seus adversários dizer o seguinte: “Se o público vier a acreditar que as questões científicas estão definidas, sua visão a respeito do aquecimento global irá mudar de acordo com elas. Portanto, você precisa transformar a falta de certeza científica em uma questão principal no debate”. Para se contrapor a essa ideia, que viria, segundo ele, de contestadores do IPCC financiados por indústrias que lucram com a

exploração dos combustíveis fósseis, Gore insiste que não existe mais qualquer dúvida científica sobre as causas e consequências das mudanças climáticas em curso e repisa os argumentos que já usou no filme *Uma verdade inconveniente*, com o qual ganhou o Oscar em 2007 e no qual, numa animação para explicar o efeito estufa, com ajuda de personagens dos Simpsons, uma molécula de gás carbônico malvada impede um bom raiozinho, vindo do Sol, de deixar a Terra e, com isso, retém energia na atmosfera e esquentando o planeta.

As mortes causadas por enchentes e inundações atingem, no geral, os mais pobres. Será que a natureza, corrompida pela intervenção humana, resolveu perseguir os desvalidos?

É uma bobagem. A Terra não retém a energia que recebe do Sol. Se o fizesse, há muito estaria calcinada. Chega um tipo de radiação, a energia luminosa. Parte dela é refletida na alta atmosfera terrestre e volta para o espaço. A parte que penetra na atmosfera sofre e provoca transformações diversas, mas, ao final, também volta para o espaço na forma de radiação infravermelha. Entre os gases causadores do efeito estufa, o gás carbônico (CO₂, um átomo de carbono acoplado a dois de oxigênio), tudo indica, não é o mais eficiente nem o mais abundante. O metano (CH₄, um átomo de carbono com quatro de hidrogênio), da flatulência dos bois, por exemplo, parece mais efetivo. A água (H₂O, duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio), na forma de vapor, de longe é o gás mais abundante na atmosfera. E a quantificação das interações entre a radiação - formada por ondas eletromagnéticas - e as

moléculas e átomos desses gases é uma tarefa científica complexa e ainda não inteiramente compreendida.

Não existe uma verdade científica indiscutível sobre as mudanças climáticas. A ciência não funciona assim. Ela não produz uma escritura sagrada. As teorias dominantes sempre se apoiam em fatos ainda imperfeitamente definidos. Por isso, são sistematicamente testadas diante de novas evidências, por novos métodos, novos instrumentos de avaliação e por quem está ou refinando a formulação existente, ou construindo uma nova e melhor teoria.

Todas as principais conclusões no debate das mudanças climáticas, apresentadas por Gore e muitos outros como definitivas, são contestadas. Algumas pesquisas sugerem que a maioria dos cientistas pensa que o planeta está se aquecendo perigosamente em função da atividade humana. O problema, no entanto, é que os problemas científicos não são questões de democracia, que se resolvem pela opinião da maioria. Em seu tempo, Galileu enfrentou as posições religiosas mais conservadoras ao afirmar que o sistema planetário no qual vivemos tem como centro o Sol, e não a Terra, como era a opinião estabelecida pela Igreja. Para manter-se vivo, ele foi obrigado até a renegar essa verdade. Por isso, seria um absurdo, no atual debate, tentar calar os que pensam de modo contrário ao da maioria. Seria como negar a ciência. Seria algo como ter proibido Einstein de contestar a mecânica clássica de Newton. Com a contestação, ele criou a teoria da relatividade.

Se a ciência do clima não é definitiva, a política do clima é ainda mais misteriosa. Os Estados nacionais são movidos por interesses, e não pela inspiração divina de seus príncipes, dizia o famoso político e filósofo da República de Florença Maquiavel há cerca de 500 anos. A que grandes interesses se deve uma apresentação simplória da questão das mudanças climáticas? Os dos países detentores das grandes reservas de petróleo, por exemplo? Evidentemente que não. Quando diz que a grande indústria de combustíveis fósseis está por trás da campanha contra seus ideais de ecologista do bem, Gore sugere ▶

que está combatendo as grandes petrolíferas multinacionais. Mas a insinuação é um furo n'água. Hoje, ao contrário de há um século, cerca de 90% das reservas de petróleo estão com os países em desenvolvimento. O que se observa atualmente no setor de geração de energia é uma grande corrida dos países que estão na vanguarda da economia global - os países ricos e, destacadamente atrás deles, a China - em busca das tecnologias para uso de fontes alternativas ao carvão e ao petróleo. Os países menos desenvolvidos, que têm um nível de consumo de energia muito baixo, várias vezes inferior aos índices per capita dos países mais ricos e que, como o Brasil, dispõem de grandes reservas de petróleo, buscam, hoje, valorizar essas reservas. E elas obviamente devem continuar sendo usadas. E com muita sabedoria, porque, também de modo evidente, é preciso preparar a transição para o uso de energia de fontes renováveis e não poluidoras. Mesmo porque, quer a Terra es quente, como parece mais provável, ou esfrie, como também é possível que aconteça, combater a poluição e a ineficiência energética são fatores cruciais para o desenvolvimento econômico, em particular, e social, de forma mais ampla. Especialmente agora, que o centro capitalista rico está em crise e seus governos começam a se

Nosso embaixador na OMC disse que projetos sobre a emissão de carbono, que tramitam no Congresso dos EUA, são, à luz das regras comerciais, “questionáveis” ou até “ilegais”

apresentar como os campeões da defesa do meio ambiente, com direito a impor taxas e punições diversas aos produtos dos países emergentes que estariam se tornando os principais poluidores do planeta.

Recentemente, a Câmara dos Representantes dos EUA aprovou uma lei para poder aplicar o que chamou de “border carbon adjustment” - em português, “um ajuste de carbono na fronteira”, uma tarifa para penalizar produtos importados que tenham sido produzidos com emissões de carbono superiores aos limites fixados por lei para os EUA. Com isso, se garantiria que companhias americanas não

sejam prejudicadas na competição com concorrentes do exterior que não invistam na redução das emissões de gases do efeito estufa segundo os padrões americanos e, com isso, produzam mais barato.

O Brasil já tomou uma posição inicial diante da lei, que está no Senado americano. O embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevedo, disse que o projeto pode ser “ilegal” ou, “no mínimo, questionável pelas regras comerciais internacionais”. Para ele, a lei tem elementos que podem desencadear uma guerra comercial. China e Índia também já se manifestaram no mesmo sentido, dizendo que a nova lei americana pode ser, de fato, uma medida protecionista disfarçada. Um estudo do Banco Mundial divulgado recentemente diz que a nova lei contém medidas que podem reduzir em até 20% a importação de produtos chineses. “Seria uma ‘bomba atômica’ em termos de consequências para o comércio”, diz a instituição.

Um outro estudo, “Políticas climáticas e efeitos sobre o comércio”, feito para o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), do Rio de Janeiro, mostra outros aspectos comerciais da questão ambiental. Refere-se ao regime chamado de “cap and trade” já existente na União Europeia e previsto na lei americana em tramitação. As empresas recebem gratuitamente licenças com limites - “caps” - do governo, para emissões de carbono e podem vender ou comprar essas licenças conforme emitam menos ou mais que esses limites fixados oficialmente.

A partir de 2020, as companhias europeias terão de comprar essas licenças em leilão e há pressões, lideradas pela França, para que as empresas sejam compensadas com uma “tarifa-carbono” cobrada de quem quer exportar para a Europa e não obedecer às suas regras. Todas essas leis dão poder enorme aos Estados europeus e americano para administrar o regime de licenças, para favorecer uns em detrimento de outros.

Não é o fim do mundo, é claro, e não adianta chorar. É preciso entender a ciência e a política do clima. ■

Al Gore: suas ideias mais confundem do que ajudam a esclarecer as questões climáticas



Reprodução

PEÇAS QUE FALTAVAM

Parte das sombras criadas com o chamado 'escândalo Daniel Dantas' vai sendo iluminada nos tribunais daqui e da Itália

por Raimundo Rodrigues Pereira

Reprodução



A CONDENAÇÃO do personagem a dez anos de prisão, em dezembro de 2008, aparentemente fechava o “escândalo Daniel Dantas”. Quando essa história eclodiu, em meados daquele ano, *Retrato do Brasil* publicou “Ponto de Vista” (“Além da Satiagraha”, edição n° 13) em que afirmava que as “teses sofríveis” do principal investigador da história, Protógenes Queiroz, delegado da Polícia Federal (PF), tinham sido “vendidas à opinião pública com a manipulação das escutas telefônicas e da mídia”. Na primeira das quatro investigações que fez sobre o caso, a revista publicou, na mesma edição, artigo (“À sombra do escândalo Dantas”) em que afirmou que a operação da PF para expor o submundo das finanças e da política mais escondida do que revelava.

No fim do ano passado, várias decisões da Justiça abriram espaço para que a história fosse mais bem contada:

DEMONIZAÇÃO

Primeiro, porque essas decisões destacam, nos autos do processo, um imenso dossiê de informações sobre adversários de Dantas reunidos na Angra Partners, a gestora de recursos criada no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que tomou o lugar do Opportunity no controle de várias empresas, especialmente da Brasil Telecom (BrT), depois vendida, com apoio oficial, para formar a chamada tele verde-amarela. Como afirmou RB na quarta reportagem da série (“O diabo das teles”, edição n° 21), “a expulsão de Daniel Dantas das telecomunicações foi como o descarrego de um demônio que instabilizaria o setor” e “confundiu a compreensão dos complexos problemas nascidos da privatização das estatais brasileiras”. Com o dossiê Angra, como mostraremos neste artigo, aparecem nitidamente outros grandes interesses envolvidos na história, além dos do empresário exorcizado.

Segundo, porque as novas decisões praticamente obrigam a Justiça brasileira a incluir nos autos dos processos contra Dantas o dossiê da Justiça italiana que investigou o trabalho de espionagem da Telecom Italia (TI) no Brasil. No documento, o empresário figura como vítima, e o seu principal acusador no Brasil, Luiz Roberto Demarco, aparece como colaborador pago pelos serviços de segurança da empresa italiana. ▶

A decisão relativa à documentação da Angra Partners é de 3 de dezembro passado. Foi dada por Eros Grau, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), numa ação movida pelo principal sócio de Dantas, Dorio Ferman. Esse material havia sido obtido por um extraordinário erro do delegado Queiroz. No dia 8 julho de 2008, ele comandou 31 operações – das quais participaram três centenas de agentes –, quando prendeu Dantas e 12 de seus supostos associados numa “organização criminosa” e apreendeu enorme quantidade de materiais.

CURIOSO EQUÍVOCO

Uma dessas operações de maior vulto, feita pela equipe identificada como RJ16A, com seis agentes da PF, arrombou, no amanhecer daquele dia, no 41º andar do edifício da rua Lauro Muller, 116, no Rio de Janeiro, a sede da Angra. Foram levados dali um volume estimado em 200 mil folhas, oito discos rígidos de computador, além de *notebooks*, *palmtops* e *pen drives*. O delegado Queiroz achava, com razão, que o escritório da Angra era a sede das empresas Zain, Invitel, Techold, Solpart, Argolis e outras, criadas

por Dantas no intrincado esquema societário montado sob seu comando para participar das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso.

Mas, curiosamente – para dizer o mínimo, visto que sua investigação já tinha um ano e meio e utilizara cerca de cem agentes da PF e da própria Agência Brasileira de Inteligência (Abin) –, Queiroz pareceu ter se esquecido de que tais empresas já não estavam mais sob o comando de Dantas. Em fins de 2003, Previ, Petros e Funcef, os fundos de pensão dos quais Dantas era representante nessas empresas, o haviam afastado do posto e, assim, o privaram de parte dos votos necessários para manter o comando das empresas. No início de 2005, os mesmos fundos tinham obtido do Citibank, outro dos sócios nessas companhias, o restante dos votos necessários para tirar do comando delas o gestor Opportunity, no qual estavam Dantas e seus amigos, e passá-lo para a Angra Partners.

O dossiê Angra foi incluído nos autos do processo judicial comandado pelo juiz Fausto de Sanctis em dois blocos. O que estava em papel foi digitalizado. Um relatório dos seis agentes

que fizeram a apreensão, datado de 31 de julho de 2008, descreve esses papéis: são diversos livros contábeis e administrativos das empresas então sob o comando da Angra, além de outros, com destaque para um extensíssimo e detalhado caderno de anotações do principal executivo da empresa, Alberto Guth, tratado mais adiante. O que era material eletrônico foi copiado no Setor Técnico Científico do Núcleo de Criminalística da PF.

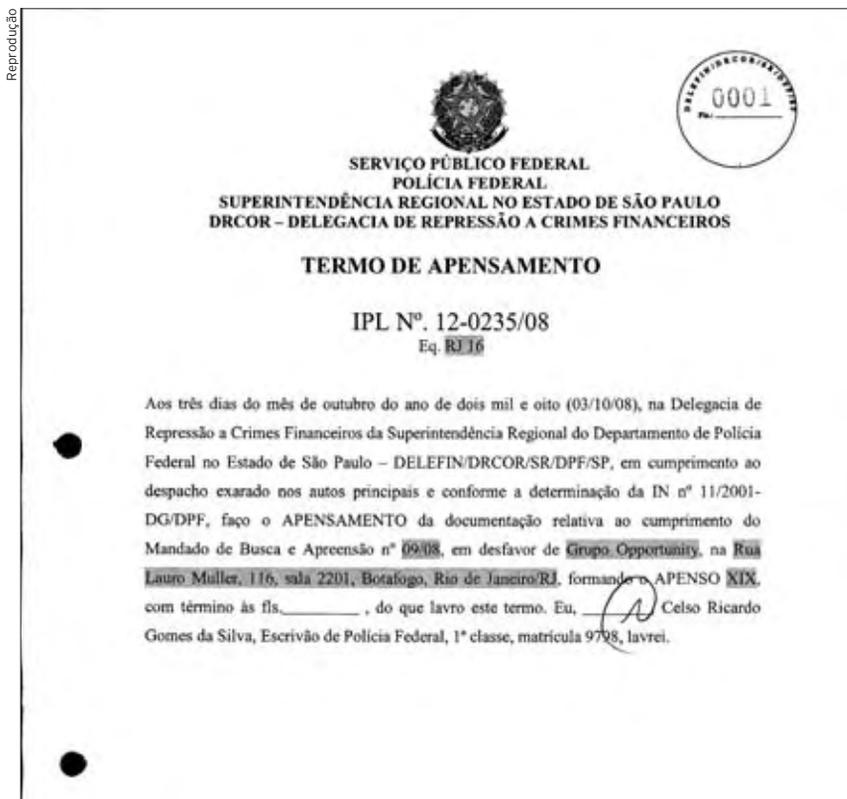
RB teve acesso a um relatório de 10 de outubro de 2008 que descreve esse trabalho, que deve ser feito sob normas rígidas, para garantir a integridade dos materiais e seu uso nos tribunais. Esse documento dá conta da cópia de 11 dos 14 materiais apreendidos. Os três restantes também estão no relatório, numa tabela com a “descrição do material do qual não houve cópia de dados”: um disco rígido da marca Samsung, com 160 gigabytes de capacidade, que “apresentou defeito na leitura”; e dois *notebooks* IBM, modelo Think Pad, nos quais, segundo o relatório “não foi possível realizar a leitura dos dados”.

O material da Angra disparou um contencioso entre o ministro Grau e o juiz De Sanctis. Este comanda a 6ª Vara Federal Criminal Especializada em Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e em Lavagem de Valores. Nela tramitaram em primeira instância vários processos contra Dantas. Até um processo de corrupção, referente a uma suposta tentativa de suborno do delegado Queiroz, tramitou por lá. O conflito De Sanctis–Grau foi motivado por uma petição especial, uma “reclamação” – queixa ao STF contra um magistrado de instância inferior – feita por Ferman, que é o dono do Opportunity.

IRRITAÇÃO

Ferman tinha examinado os materiais da Angra incorporados aos autos do processo do qual é parte – foi um dos presos pelo delegado Queiroz, em meados de 2008 – e, a partir do “Termo de Recebimento” dos materiais apreendidos – documento da PF encontrado nos mesmos autos –, considerou que parte estava faltando. Ao STF, alegou que a falta era um cerceamento de sua defesa, com o que Grau concordou: em 12 de novembro passado, determinou a De Sanctis providenciar as cópias pedidas e, aparentemente, irritou-se com

A apreensão na Angra Partners: documento da PF mostra que o alvo era o Opportunity



Reprodução



De Sanctis e Grau: o juiz irritou o ministro do STF ao responder a um pedido para que copiasse provas do processo

duas notas de resposta de De Sanctis, uma do 16 e outra do dia 23 daquele mesmo mês.

Na primeira, o juiz escreveu que não considerava cabível uma “reclamação” no caso, pois já havia disponibilizado aos acusados todos os materiais constantes dos autos, salvo os que haviam apresentado defeito ou estavam vazios. Na segunda, atribuía à PF a tarefa de fornecer as cópias. Dizia também ser o reclamante (Ferman) o encarregado de fornecer os materiais necessários para que as cópias fossem feitas e consultava Grau para saber se seria ele, De Sanctis, ou o ministro o encarregado de intimar Ferman a fornecer “as mídias em quantidade adequada” para “as cópias solicitadas”. Grau respondeu em 3 de dezembro, com visível irritação: determinou que, em 48 horas, improrrogáveis, “sob pena de desobediência”, todos os originais de mídia eletrônica citados nos termos de apreensão dos autos lhe fossem encaminhados. De Sanctis estava em férias e o juiz substituto na 6ª Vara Especializada mandou os materiais embalados em 12 caixas, por caminhão. Elas chegaram ao STF no domingo, 6 de dezembro.

Ferman e Dantas atacaram De Sanctis por outro lado, acusando-o de parcialidade. A 19 de fevereiro do ano passado, a defesa de Ferman encaminhou a De Sanctis um pedido no qual argumentava que ele deveria se considerar suspeito para o julgamento de todos os processos decorrentes da

Satiagraha. O motivo alegado no pedido era o fato de o juiz ter se adiantado aos acontecimentos e dito a autoridades americanas que o tribunal sob seu comando “*seria*” (o itálico é da petição de Ferman) o responsável pelo julgamento do pedido de confisco do dinheiro de fundos existentes no exterior que estariam sendo indevidamente administrados por ele. No texto em inglês, De Sanctis diz, de fato, que sua corte “the 6th Federal Criminal Trial Court of São Paulo will (será) a responsável por receber e analisar a queixa-crime levada pela acusação e por analisar as evidências apresentadas no julgamento”. A defesa de Ferman argumentou que não existe uma ação penal contra seu banco. Existe uma investigação “para apurar a materialidade e autoria de eventuais” crimes, cuja denúncia ainda não foi sequer formalizada.

PRAZO RECORDE

Ao modo de ver do repórter, Ferman tem razão. Em “Crimes perfeitos” (RB edição nº 14), mostra-se, inclusive, que a dificuldade de produzir prova em caso de crime de evasão de divisas do País fez que o delegado Queiroz – e, tudo indica, o próprio juiz De Sanctis, de comum acordo, atropelando diversos impedimentos legais – abandonasse recomendações dos próprios órgãos técnicos da PF e preparasse uma denúncia de corrupção que levou à condenação de Dantas – tudo isso num prazo de quatro meses, praticamente um recorde

– à pena de dez anos. Ainda em 19 de junho de 2008, relatório do Instituto Nacional de Criminalística enviado a Queiroz dizia que era necessário realizar exames contábeis e financeiros na documentação do Banco Opportunity “tendo em vista a dificuldade de se apartar (sic) os clientes normais daqueles que efetivamente possam ter participado de operações suspeitas”.

De Sanctis não aceitou as alegações de Ferman e, como manda o Código Penal, encaminhou o pedido de suspeição ao Tribunal Regional Federal de São Paulo, onde a pretensão do banqueiro também foi derrotada, por dois votos a um. Ferman voltou à carga, de novo com um bom argumento. Sua defesa prova, em pedido de “Revisão disciplinar” enviado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em meados de dezembro passado, que De Sanctis agiu mal no caso, em conluio, proibido por lei, com os policiais da Operação Satiagraha. Para isso, juntou à petição ao CNJ a transcrição da discussão ocorrida entre os policiais da PF paulista em 14 de julho de 2008, quando foram avaliados os incidentes das operações comandadas pelo delegado Queiroz uma semana antes. Nas conversas, o delegado Vitor Hugo, auxiliar de Queiroz, revela que De Sanctis tinha decretado a prisão temporária de Dantas “de ofício”, ou seja, por conta própria, o que não é de sua competência. Queiroz tinha pedido uma “prisão preventiva”, o que é outra coisa. Vitor Hugo diz então que



combinou com Queiroz e correu à sede da PF paulista. Deslacrou os materiais apreendidos na casa de Dantas, achou um documento que poderia servir para um novo pedido, desta vez de uma prisão preventiva, escreveu o pedido e o mandou para o promotor do caso e para De Sanctis. “O promotor e o juiz queriam o pedido. Mandei por e-mail para... para os dois”, diz Vitor Hugo no documento da PF incluído nos autos.

SER OU NÃO SER

Em 18 de dezembro passado, outra argumentação sobre a suspeição de De Sanctis foi julgada, dessa vez num *habeas corpus* com pedido de liminar apresentado pela defesa de Dantas cerca de dois meses antes, em recurso da decisão do TRF paulista contra Ferman, já referida. O julgamento foi feito pelo ministro Arnaldo Lima, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele concedeu a liminar e determinou a suspensão de todos os processos comandados por De Sanctis relativos à Satiagraha “até o julgamento do mérito do *habeas corpus*”. Da leitura das sentenças e das petições relativas a essa decisão, vê-se que Lima refuta o argumento básico sustentado pelo TRF paulista no caso e também pela defesa de De Sanctis na mesma corte. Ambos defendem que o Código de Processo Penal tem uma lista exaustiva das hipóteses nas quais a parcialidade de um juiz

pode ser arguida. A defesa de Dantas apresentou o que considera provas da parcialidade de De Sanctis segundo outro critério, admitido no Código de Processo Civil, e concluiu: “Em suma o juiz é ou não é imparcial, não se podendo cogitar uma **imparcialidade penal** paralelamente a uma **parcialidade civil**” (os destaques são dos advogados). Lima aceitou a argumentação.

A última sentença de fim de ano que favoreceu um esclarecimento do “escândalo Dantas” é a da juíza Adriana de Zanetti, da 5ª Vara Criminal de São Paulo. Foi dada em 1º de dezembro e tomada em audiência de processo construído com base na Operação Chacal, da PF, realizada em 2004, em que Dantas, a empresa Kroll e outros são acusados de violação do sigilo de correspondência, comunicação e outros direitos de algumas pessoas, entre as quais o ex-ministro Luiz Gushiken. Na audiência estava sendo ouvido, como assistente da acusação, Demarco, aquele que pessoalmente é talvez o principal inimigo de Dantas. Há um vídeo do depoimento, de mais de duas horas, em que aparece apenas o depoente, mas se ouvem todas as vozes dos presentes: a juíza, a promotora e os advogados das diversas partes; ao todo, umas 20 pessoas.

A defesa de Dantas preparou uma bem-sucedida armadilha contra Demar-

co. Em 20 de outubro passado, pediu ao tribunal que fosse incluído nos autos, “em apartado e mantido sob sigredo de Justiça”, com restrição de acesso “sobretudo ao assistente de acusação” (leia-se Demarco), um documento com trechos e peças de investigação italiana sobre as ações de espionagem da Telecom Italia no Brasil. No documento, a defesa cita o juiz do processo italiano, Giuseppe Genari, que diz, referindo-se à Operação Chacal, ser “coisa certa” que a “operação da polícia federal brasileira se valeu de sugestão de Angelo Jannone, vice-presidente dos serviços de segurança da TI, preso por diversos delitos, entre os quais o monitoramento telemático ilegal em detrimento do Opportunity e de Daniel Valente Dantas”. O documento, que foi mostrado à promotora, mas, como pedido, não a Demarco, cita ainda várias ações deste a favor da TI; como exemplo, o envio, a 7 de abril de 2005, de e-mail a Jannone referindo-se a um acordo financeiro com a empresa italiana existente há um ano e a ajuda da TI a ele durante esse período (“Amico Angelo: Our financial deal is something agreed one year ago. I recognize TI help in the past year”).

A defesa de Dantas fez questão de ressaltar que Demarco não depunha na condição de réu, situação na qual poderia não responder a perguntas, por ter o direito de omitir a verdade para não se

Demarco (abaixo e ao alto, durante o depoimento): ele caiu na armadilha preparada pela defesa de Daniel Dantas

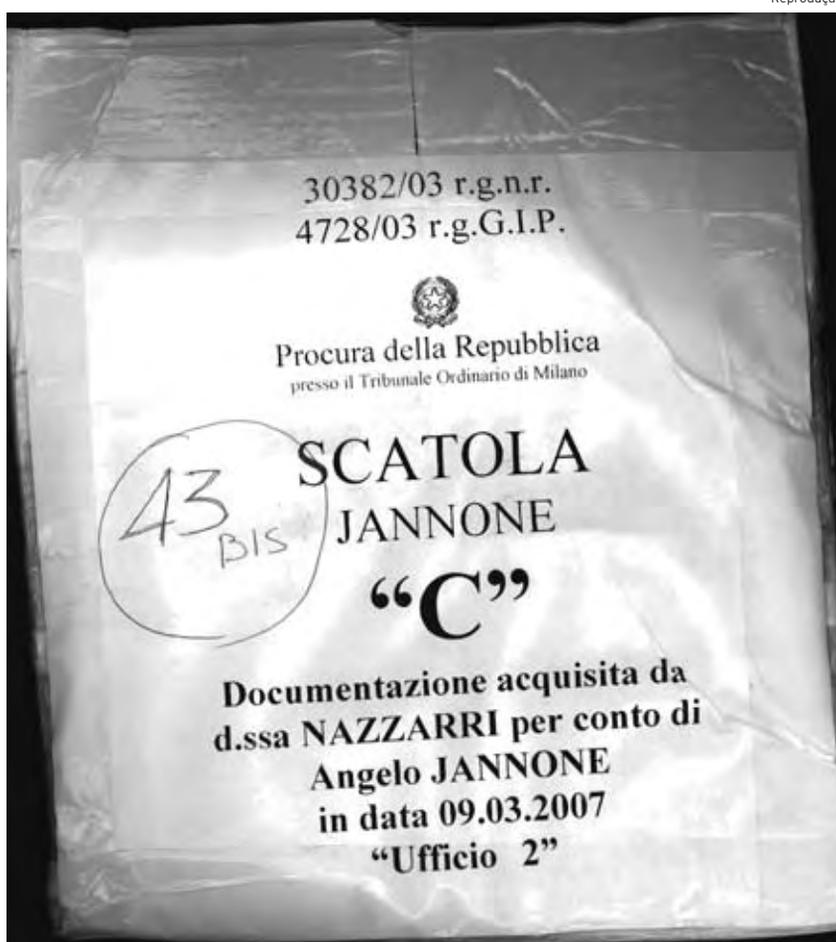


incriminar, e afirmou, mais de uma vez, que desde 2006 pede aos tribunais paulistas que façam vir da Itália, com apoio nos tratados de cooperação existentes entre a Justiça brasileira e a daquele país, os autos do processo italiano que entendem ser parte essencial para a defesa. Pediu também, em outubro e durante a audiência, que a juíza suspendesse o processo em função da ausência desses materiais. A juíza negou o tempo todo a suspensão.

Nos últimos minutos da audiência, entretanto, surpreendentemente mandou suspendê-la e a todo o processo, para posterior deliberação de sua parte, anunciando que se empenhará para trazer os documentos italianos aos autos. A impressão que ficou é de que a juíza percebeu que Demarco poderia estar prestando um falso testemunho quando negou que conhecesse e tivesse tido qualquer tipo de comunicação com Jannone e com vários outros acusados pela Justiça italiana. A juíza declarou, curiosamente, após a suspensão do processo: “O material [dos documentos italianos] é importante para determinar os limites dos depoimentos dos ofendidos [...] e possível ameaça à regra que garante aos depoentes o privilégio contra a autoincriminação”.

AMIGOS PRECIOSOS

Tanto o dossiê Angra como o italiano são peças-chave para apurar uma história verdadeira do caso Daniel Dantas. Sobre os materiais digitais apreendidos na Angra Partners, a PF emitiu pelo menos uma dúzia de laudos. Neles, lista e nomeia, com referência precisa ao caminho de onde extraiu cada um, centenas de milhares de documentos. Para facilitar o trabalho dos que consultam os autos, “exportou”, como diz, para pastas especiais centenas de documentos, por assunto. Há, por exemplo, uma categoria Demarco e outra Documentos-Demarco. Nelas pode-se ver que o inimigo de Dantas não é uma inocente vítima, mas parte dos interessados na disputa. É amigo de Gushiken – ambos são de Assis, município do interior paulista. O ex-ministro, como já mostramos, o apresentou aos fundos de pensão das estatais, e Demarco tornou-se, logo que os fundos e o Citibank tomaram a BrT, uma espécie de assessor de Ricardo Knoepfelmacher, o presidente nomeado da empresa na



Do processo italiano: Jannone, da Telecom Italia, *amico* de Demarco, é um dos investigados

nova fase. Num dos e-mails que enviou, repassado por Knoepfelmacher aos diretores da Angra, Demarco fala de uma reunião do Opportunity, da qual ele teria “informações detalhadas”. Diz que Knoepfelmacher e outro diretor da Angra, Pedro Paulo Campos, são seus “amigos pessoais preciosos” e credita a eles “o acordo” que fez “com o Citibank”, que, sabe-se por documento da briga Citibank *versus* Opportunity, tornou-o milionário. Na pasta “e-mails Ricardo Knoepfelmacher”, percebe-se a intimidade do executivo, por exemplo, com Carlos Jereissati e Sergio Andrade, que acabaram ficando com o controle da BrT. No caderno de Alberto Guth, outro fundador da Angra, há menção a um esforço anterior, de vender a BrT à TI, aproveitando reunião que haveria na Sardenha entre o presidente Lula, o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, e o presidente da TI, Tronchetti Provera, a 16 de agosto de 2005. Lula, de fato, esteve na Itália nessa data, mas,

se houve o encontro e o negócio foi mencionado, não se sabe. De qualquer forma, não prosperou.

Para iluminar as últimas sombras do “escândalo Daniel Dantas” falta incluir na história o dossiê da disputa Opportunity–Citibank, também apreendido na Operação Satiagraha. O Opportunity tinha em sua sede cópia da documentação contra ele existente no Citi. O banco americano foi obrigado a fornecê-la à Justiça dos EUA, e a PF a copiou.

O Citi foi quem escolheu e comandou Dantas nos negócios das teles brasileiras, até traí-lo, no início de 2005, como RB já mostrou. O Citi era também o maior cliente da Kroll. É fato notório que houve um conflito na Europa entre o Citi e a TI. E entre os espíões da TI e os da Kroll, com vantagem para os italianos. No Brasil, a tentativa de resumir a história ao “escândalo Daniel Dantas” produziu muito barulho. Mas não de graça, porque funcionou para esconder esses grandes interesses. ■

DESMATAR OU NÃO, EIS A QUESTÃO

Getty Images

Nosso Código Florestal, considerado um dos mais avançados, nunca foi cumprido integralmente e pode ser profundamente alterado antes de isso acontecer

por **Rafael Hernandez**

EM 1965, quando ninguém falava sobre aquecimento global ou danos causados pela emissão excessiva de gás carbônico, metano e outros gases, no Brasil era aprovado um código florestal que pode ser considerado uma das mais rigorosas e “ecologicamente corretas” leis do mundo. O código tem como foco o uso das florestas e das demais formas de vegetação nativa, mesmo dentro de propriedades privadas. Curiosamente, hoje, quando todos discutem o problema do desmatamento e o País se compromete a reduzir emissões de carbono por meio da diminuição do corte de árvores, governo federal e Congresso podem modificar a legislação ambiental, flexibilizando-a e abrindo espaço legal para a redução das áreas preservadas.

Dezenas são os projetos de lei que tramitam no Legislativo com o intuito de

alterar desde pequenos detalhes do Código Florestal Brasileiro, como trocar a palavra “floresta”, presente em alguns artigos, por “vegetação”, denominação mais abrangente, até alterações profundas em artigos que mexem diretamente na possibilidade de utilização das áreas mínimas de vegetação nativa preservada nas propriedades rurais, as chamadas reservas legais.

O deputado Homero Pereira (PR-MT) é um dos que defendem que a legislação tem de tomar uma nova forma, para acabar com o que ele chama de “insegurança jurídica”. “Há mais de 3 milhões de proprietários [rurais] no País que não conseguem cumprir essa lei. Caso ela seja aplicada ao pé da letra, certamente 1 milhão de proprietários vão deixar o campo e ir para as cidades”, diz. Pereira é vice-presidente da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados

em setembro passado para discutir tais propostas. Foram realizadas desde então diversas audiências públicas reunindo técnicos do setor agrícola, pesquisadores, representantes de ONGs de defesa do meio ambiente e até o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O objetivo é entregar um relatório final sobre o tema em março e a partir dele criar um projeto de lei a ser enviado ao Congresso.

Os pontos mais polêmicos da discussão giram em torno da reserva legal e das Áreas de Proteção Permanentes (APPs) – áreas próximas a corpos d’água como rios e nascentes, regiões com alta declividade, topos de morros, restingas etc., preservadas para a garantia dos recursos hídricos, da biodiversidade, prevenção contra erosão do solo.

Pereira é um dos defensores de que essas áreas possam ser computadas em conjunto.

Pela legislação atual, reserva legal e APPs não podem ser somadas, a não ser que juntas configurem mais de 80% da propriedade, se localizadas na Amazônia, ou 50%, se localizadas em outra área do País (25% se em pequena propriedade rural).

Para Paulo Piau (PMDB-MG), mudanças deveriam ser feitas na própria definição do que são APPs. Terrenos com alta declividade, acima de 45 graus, poderiam ser usados na agricultura sem aumentar o risco de erosão do solo. “Por que você não pode usá-los para plantar café ou maçã?”, indaga. Cita também áreas hoje delimitadas pela lei federal como APPs, mas que poderiam ser usadas sem danos ao meio ambiente se fossem reduzidas e delimitadas individualmente de acordo com as condições geofísicas, como as plantações de arroz no Rio Grande do Sul, cultivadas próximo às várzeas dos rios.

NOVO PRAZO

A maioria das propostas, no entanto, tem como foco as reservas legais. Desde que a legislação foi alterada, proprietários rurais e deputados ligados a eles defendem que o percentual mínimo no bioma Amazônia volte a ser de 50% da propriedade – uma medida provisória de 2001 fixou esse percentual nos atuais 80%.

Outros projetos de lei tentam aumentar as áreas utilizáveis não pela redução do tamanho da parte a ser preservada, mas pela forma como esta pode ser recuperada ou mantida. Assim, pretendem que as áreas ilegalmente desmatadas sejam consideradas recuperadas se em até 50% de cada uma delas forem plantadas espécies não nativas, como eucaliptos ou palmáceas (dendê ou açaí, por exemplo), que poderiam ser, depois, aproveitadas por meio do manejo agroflorestal. Para o coordenador-adjunto do Instituto Socioambiental (ISA), Raul do Valle, “a reserva legal cairá pela metade, porque uma área em que 50% são uma plantação homogênea de eucalipto não é reserva legal, é uma outra coisa”.

Toda essa discussão eclodiu poucos dias antes do início da aplicação de punições a quem não mantém e averba (registra nos documentos de posse da propriedade) tais áreas. Decreto publicado em 2008 estipulava dezembro de 2009 como prazo final, pouco mais de dois meses após a instalação da comissão especial. O texto legal veio preencher uma lacuna, pois, apesar de previstas na lei há mais de 40 anos, não eram claras as punições para quem a descumprisse. O decreto de 2008 estipulou multas de até 50

milhões de reais para quem causasse danos ao meio ambiente. Em meados de dezembro, a Presidência da República editou novo decreto, estendendo até junho do ano que vem o prazo para a adequação. Durante o intervalo, o produtor que for notificado por irregularidades terá seis meses para apresentar um projeto de recomposição das áreas degradadas e, assim, não ser multado. Após a apresentação do projeto, terá ainda outros quatro meses para executá-lo.

O novo decreto também anulou todas as multas aplicadas até o dia anterior à sua publicação a quem ainda não possuía áreas preservadas, com a condição de que, até o próximo ano, esses infratores se inscrevessem no programa Mais Ambiente e assinassem um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) comprometendo-se a recuperar tais áreas. O governo prometeu criar projetos de assistência técnica e financeira, especialmente aos pequenos proprietários, que terão esses serviços gratuitamente.

Na visão de algumas das maiores ONGs do País, a medida é apenas uma anistia a quem há tantos anos descumpra a lei. “A suspensão das multas por três anos só seria admissível se viesse acompanhada de medidas concretas de implementação do Código Florestal Brasileiro, ou seja, se [esse tempo] fosse compreendido como um período de transição para que os produtores rurais se adequassem a uma realidade

em que o descumprimento da lei não é mais tolerado”, afirma nota assinada por entidades como Amazon, Fundação SOS Mata Atlântica e ISA.

ECONOMIA À CABEÇA

“Esse programa é bem-intencionado, mas é fraco diante da grandeza da necessidade. Não tem valores, não diz como as coisas vão funcionar e é mais uma carta de intenções do que um programa propriamente dito”, diz Valle. Para ele, a maneira mais acertada de colocar o código em prática seria dotá-lo de instrumentos econômicos de incentivo, “trabalhar com crédito agrícola para o produtor que tem reserva legal ou APP preservada ou em recuperação, para que ele possa ter um crédito mais barato para sua atividade, mais facilitado, e que o poder público possa comprar preferencialmente, ou com preço maior, os produtos de propriedades nessas áreas”, diz.

Pelo menos nesse ponto as duas partes em confronto parecem concordar. Para o deputado Piau, não existe “meio ambiente sem economia”. “Na minha avaliação política e técnica – eu como engenheiro agrônomo –, se não colocarmos a economia na discussão, isso não funcionará. Além do mais, o meio ambiente é uma responsabilidade da sociedade; não adianta a gente impô-la apenas em cima do produtor rural”, diz.

Valle: reserva com 50% de plantação homogênea “não é reserva legal, é outra coisa”



Luiz Antonio/ag.LAR



A APOSTA DE CABRAL

O governador põe suas fichas numa nova forma de atuação policial para reduzir a violência. O problema é que sua polícia é a que mais mata

por **Maurício Barros de Castro**

O **COTIDIANO** da cidade do Rio de Janeiro é marcado por cenas de conflitos entre policiais e traficantes de drogas, entrincheirados nas favelas da capital fluminense. As imagens de homens fardados disparando seus fuzis em direção aos bandidos escondidos nas vielas chegam por meio da *internet*, da televisão e dos jornais. Mostram para a população a luta da polícia contra o crime, mas não revelam um número impressionante: entre janeiro de 1998 e setembro de 2009, 10.216 pessoas foram mortas por policiais civis e militares no estado do Rio (uma grande parcela na capital), uma média de 2,4 mortos por dia. Esses números colocam em evidência um aspecto contraditório da polícia, pois, ao mesmo tempo em que é a que mais mata no Brasil, também é a esperança de pacificação do governo estadual, que

aposta todas as suas fichas nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Os números foram divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e indicam as mortes que constam nos chamados “autos de resistência”. Trata-se de registros policiais, criados durante a ditadura militar, que acusam “resistência com morte do opositor”. Embora seja um procedimento de registro adotado desde a década de 1970, apenas em 1998 as mortes causadas pelas armas dos policiais começaram a ser contabilizadas separadamente. Naquele ano também, as gratificações em dinheiro criadas pelo então governador Marcello Alencar, em 1995, deixaram de ser oficialmente concedidas a policiais por “atos de bravura”.

Para especialistas em violência e segurança pública, esse elevado índice de

homicídios está diretamente ligado às gratificações concedidas pelas ações registradas nos autos de resistência. Essa é a principal conclusão do estudo “Letalidade da ação policial no Rio”, do Instituto de Estudos da Religião (Iser). “A pesquisa avaliou o impacto que essas gratificações tiveram nos confrontos policiais e vimos que o número de mortes aumentou”, afirma o sociólogo Ignacio Cano, coordenador do estudo.

Cano também é vice-diretor do Laboratório de Análise da Violência e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele aponta três fatores que combinaram para o grande número de mortes registrado nos autos de resistência até 2009: “Para começar, a gratificação continuou sendo paga extraoficialmente; os policiais começaram a incorporar a

gratificação à sua prática, o que gerou uma polícia voltada exclusivamente para o confronto”.

Os números do estudo do Iser mostram que o índice de letalidade no Rio de Janeiro cresceu de 1,7 para 3,5 mortos após a implantação da gratificação. A pesquisa coordenada por Cano aponta outro dado importante: houve um aumento da média de mortos nos autos de resistência entre os governos de Marcello Alencar e Sérgio Cabral. Na gestão do primeiro, o índice era de um por dia até o fim de seu governo, em 1998, enquanto, em 2007, no primeiro ano de mandato do atual governador, subiu para 3,3 por dia. Uma média que registrou, em 2009, uma queda para 2,9 por dia. “O governo Cabral, em 2007, adotou uma política de confronto e incentivava os autos de resistência, mas esse modelo se exauriu. Os erros policiais começaram a gerar perdas políticas, o que estimulou uma estratégia de redução de conflitos”, afirma o sociólogo.

Cano acredita que a implantação das UPPs é um sinal de que o governo estadual busca uma mudança de postura. “O modelo tradicional continua, mas há o modelo das UPPs, que o governo diz que pretende apoiar. Esperamos que ele leve isso adiante”, argumenta.

Até o final de dezembro passado, existiam cinco UPPs, distribuídas em sete comunidades da capital. Duas delas estão localizadas na zona oeste da cidade: Batam, em Realengo, e Cidade de Deus, em Jacarepaguá. As outras três ficam em bairros da zona sul: Santa Marta, em Botafogo; Chapéu Mangueira–Babilônia, no Leme; e Pavãozinho–Cantagalo, situadas, respectivamente, em Ipanema e Copacabana.

Pavãozinho e Cantagalo foram as últimas comunidades ocupadas por uma UPP. A operação aconteceu no final do ano passado, contou com 300 policiais e deixou um morto. A pesquisadora Alba Zaluar, do Núcleo de Pesquisa das Violências (Nupevi), também da Uerj, tem um ponto de vista mais pessimista a respeito das mudanças introduzidas por Cabral. Segundo ela, os confrontos devem aumentar com a implantação das UPPs devido à intensificação dos conflitos por territórios entre policiais e bandidos. “Os comandos de traficantes perdem espaço e ficam acudados também pela mudança na política de segurança que passa a apostar na reconquista de territórios ocupados por meio das UPPs”, diz Alba. A perda

desses espaços para a polícia provoca mais conflitos armados entre eles, explica.

De acordo com a pesquisadora, outro fator que deve acirrar os conflitos por territórios é a expansão das milícias, como são chamados os grupos paramilitares formados por bombeiros, policiais e agentes penitenciários. Alba coordenou uma pesquisa elaborada pelo Nupevi que mostra que os grupos milicianos dominam mais favelas no Rio do que qualquer uma das facções de traficantes de drogas.

O estudo mostra os números do avanço de milícias nas favelas cariocas: em 2005, as milícias se encontravam em 11,2% dessas favelas e o Comando Vermelho dominava 50,1% delas. Em 2008, 41,5% das 965 comunidades pesquisadas estavam sob o domínio de milicianos, enquanto a maior organização do tráfico de drogas ocupava 40,8% das comunidades.

Alba acredita que esse avanço está ligado aos fracassos da política de segurança pública do governo estadual. O medo da população e a ausência de estratégias de redução de violência por parte do governo estadual foram os primeiros incentivadores do crescimento dos milicianos. “A nossa pesquisa anterior revelou que, inicialmente, a milícia ou polícia mineira, como era chamada quando começou, nos anos 1970, em Rio das Pedras, recebeu apoio integral da população local, que queria ser protegida de assaltantes e traficantes violentos”, explica.

Nesta década, esse quadro mudou. As milícias expandiram seus negócios. Além de cobrarem pela segurança dos moradores, passaram a oferecer outros serviços, alguns ilegais, como venda do sinal de TV a cabo e implantação de transporte alternativo. O próximo passo dos bandidos, de acordo com a pesquisadora, foi alcançar a carreira política. “Em 2004, os milicianos de Rio das Pedras descobrem que podem interferir na disputa eleitoral apresentando seus próprios candidatos. Solicitam ou demandam aos moradores que transfiram seus títulos eleitorais de outros estados – pois a maioria dos moradores de favelas na zona oeste da cidade é formada por migrantes, principalmente nordestinos – e apresentam candidato em que todos devem votar. A partir dessa experiência, que só se torna bem-sucedida em 2008, aumentam os atrativos para dominar mais e mais favelas”, conclui Alba.

O cenário que se desenha para o futuro da segurança pública do Rio de Janeiro é incerto. De um lado acontece o avanço das milícias em diversos pontos da cidade; de outro, os traficantes de drogas lutam para manter o domínio de seus territórios. Para combater o poder de fogo desses criminosos, a população carioca conta com uma polícia habituada a matar, campeã de registros de autos de resistência e que agora busca um novo caminho com a implantação das UPPs. ■

Cano: a política de confronto, adotada em 2007 pelo governo Cabral, se exauriu





UM ESCORPIÃO QUERIA ATRAVESSAR UM RIO. PASSOU UM SAPO, ELE PEDIU CARONA. NO MEIO DO CAMINHO, CRAVOU SUAS PRESAS NO BICHO. A PICADA ERA VENENOSA. O SAPO ESTREBUCHOU: “VOCÊ É LOUCO? ASSIM VOCÊ TAMBÉM AFUNDA!”. AO QUE O ESCORPIÃO RESPONDEU: “NÃO CONSEGUI EVITAR! É DE MINHA NATUREZA”.

O DILEMA DO ESCORPIÃO

A grande crise financeira iniciada em meados de 2008 trouxe novas provas da irracionalidade do sistema de acumulação capitalista

por *John Bellamy Foster e Robert W. McChesney*
(adaptado de artigo publicado em *Monthly Review*, outubro de 2009)
© *Monthly Review*

Tradução *Rodrigo Garcia Manoel (OK Linguística)*



Weberson Santiago

AS GRANDES intervenções dos governos ajudaram a estabilizar o sistema capitalista após a enorme crise financeira disparada com a quebra do banco americano Lehman Brothers, em setembro de 2008. As economias dos EUA e do mundo, no entanto, estão em desordem. A taxa oficial de desemprego americana está em torno de 10%, enquanto a taxa real, que considera todos aqueles que procuram algum tipo de emprego, é quase o dobro desse valor. A utilização de capacidade industrial instalada nos EUA está em seu nível mais baixo desde os anos 1930. O sistema financeiro é uma sombra do que era há apenas um ano. E é quase um consenso de que a recuperação será lenta.

O que os economistas mais temem a esta altura é uma prolongada estagnação econômica ou um longo período de crescimento lento. A julgar pelas atitudes das autoridades econômicas, parece não haver outra saída para o presente mal-estar econômico senão a de recomençar o processo de financeirização, ou seja, retomar o processo de mudança do centro de gravidade na economia da produção para as finanças. Contudo, mais do que superar o problema da estagnação, essa financeirização renovada servirá apenas para adiar o problema, acumular mais contradições, preparando o cenário para choques ainda maiores no futuro.

A irracionalidade extrema de tal solução foi captada na coluna de Larry Elliot, editor de economia do jornal *The Guardian*,

de Londres, em artigo recente: “Após um curto período no qual banqueiros foram atacados por sua notável insensatez, há um retorno aos negócios como de costume. Esse é o mais preocupante de todos os cenários: indica que poucos dos problemas subjacentes à crise foram resolvidos – se é que algum o foi”.

Uma situação econômica tão irracional e seu significado a longo prazo não podem ser explicados pelos modelos econômicos tradicionais, mas somente por meio de sua evolução histórica.

AS TRÊS ETAPAS DO CAPITALISMO

Do mercantilismo à livre concorrência e ao regime das corporações multinacionais e oligopólios

Existe, há muito tempo, um consenso entre economistas políticos marxistas e historiadores econômicos de que a história do capitalismo até o século XX pode ser dividida em três fases. A primeira dessas fases é o mercantilismo, com início no século XVI e que perdurou até o XVIII. Com relação ao processo de trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas, Marx definiu esse período como o da “manufatura”, indicando a era da produção artesanal, anterior à ascensão do que ele chamou de “maquinofatura”.

As fábricas nascentes se caracterizavam pela divisão cada vez mais detalhada

do trabalho, descrita por Adam Smith em seu livro *A riqueza das nações*. A acumulação ocorreu primeiramente no comércio, na agricultura e na mineração. O que Marx chamou de Departamento I – produção de meios de produção – manteve-se quase insignificante nessa fase, tanto em termos absolutos como relativos, enquanto o Departamento II – responsável pela produção de mercadorias para o consumo – era limitado, em virtude de seu caráter artesanal.

A segunda fase é a da expansão da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, centrada primeiramente no comércio têxtil e que depois se disseminou para a indústria em geral. Vista de hoje, essa fase é frequentemente compreendida como a do capitalismo competitivo e a época de origem do liberalismo. O foco da acumulação muda bruscamente para a indústria moderna e, particularmente, para o estabelecimento do Departamento I. Este inclui não apenas as fábricas, mas toda uma enorme infraestrutura de transporte e comunicação – ferrovias, telégrafos, portos, canais, navios a vapor. Esse é um período de intensa competição entre os capitais, de ciclos com altos e baixos e no qual a concorrência de preços desempenha papel central no gerenciamento da atividade econômica.

A terceira fase, geralmente chamada de capitalismo monopolista ou corporativo, teve início no último quartel do século XIX e se consolidou no século ▶

XX. Ela é marcada pela espiral de concentração e centralização do capital, pela hegemonia da forma corporativa dos negócios e pela criação de um mercado para títulos de dívida das empresas. As indústrias passam cada vez mais ao domínio de poucas empresas, oligopolistas, que, nas palavras de Joseph Schumpeter, operam mais “correspectivamente” do que competitivamente com relação a preços, produção e decisões de investimento, tanto nacional como, cada vez mais, globalmente.

Nessa fase, o Departamento I continua em expansão, incluindo não apenas as fábricas, mas uma infraestrutura de transporte e comunicação muito mais ampla – automóveis, aviões, telecomunicações, computadores etc. A sua expansão contínua, porém, torna-se mais dependente da ampliação do Departamento II, que se torna mais e mais desenvolvido nessa fase – numa tentativa de utilizar a enorme capacidade de produção desencadeada pelo crescimento do Departamento I. E a estrutura econômica pode ser descrita como “madura”, no sentido de que ambos os departamentos de produção estão agora completamente desenvolvidos e são capazes de se expandir rapidamente para responder à demanda.

Outro aspecto crucial do desenvolvimento capitalista, em todas as três fases, é sua expansão geográfica, de um pequeno canto da Europa ocidental até tornar-se mundial. Contudo, foi somente no século XIX que essa globalização saiu de uma espécie de confinamento nas regiões costeiras e ilhas para adentrar os continentes. E foi apenas no século XX que o capital monopolista atingiu um alto nível de globalização – refletindo o domínio crescente de corporações multinacionais. Embora a industrialização tenha se expandido até a periferia, isso geralmente ocorreu em linhas determinadas por corporações globais sediadas em países capitalistas avançados. Além disso, a tendência foi sempre atender às demandas da matriz, bem como às necessidades de pequenas oligarquias internas em países periféricos.

O tratamento dado à crise atual foi muito diferente do que foi dado à dos anos 1930. Os economistas consideraram muito tardiamente a Grande Depressão como um problema. Os primeiros anos da Depressão, marcados pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929,

e pela recessão que perdurou até 1933, foram tomados como a representação de uma severa retração econômica, mas não como uma mudança extraordinária no funcionamento do capitalismo. Schumpeter, ao declarar que a recuperação viria “por si mesma”, é o exemplo da resposta típica dada pelos economistas de então. Foi sobretudo a lenta recuperação, iniciada em 1933, que alterou as percepções, principalmente após a recessão que teve início em 1937 e que resultou num salto na taxa de desemprego de 14% para 19%.

A obra magna de John Maynard Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, de 1936, havia apontado a possibilidade de a economia capitalista entrar numa fase de equilíbrio de longo prazo numa situação de subemprego. Como ele escreveu: “É uma característica marcante do sistema econômico sob o qual vivemos [...] ser possível ficar em uma condição crônica de atividade abaixo do normal por um longo período de tempo

O tratamento dado à crise atual foi muito diferente daquele dado à dos anos 1930

sem qualquer tendência clara ou para a recuperação ou para o colapso”.

O que se seguiu foi um intenso, mas curto, debate nos EUA sobre as causas da estagnação econômica. Schumpeter, principal oponente dos keynesianos, atribuiu a estagnação não tanto ao funcionamento da economia, mas, antes, ao declínio dos fundamentos sociológicos do capitalismo empreendedorista com o surgimento da corporação e do Estado modernos.

O debate terminou de maneira abrupta por conta do grande estímulo para a economia que se seguiu com a eclosão da II Guerra Mundial na Europa.

Tanto a guerra como a mudança nas condições econômicas logo após o seu fim foram extremamente favoráveis à acumulação. Os EUA saíram do conflito com o que Robert Heilbroner descreveu como “a maior reserva de poder de compra líquido já acumulada” em sua história – senão em toda a história do

capitalismo. Isso, junto com o alto gasto do governo em rodovias, ajudou a criar a base para a segunda grande onda automotiva nos EUA, que incluiu não só os efeitos diretos na indústria, mas também todo o fenômeno da suburbanização. Ao mesmo tempo, os gastos militares se mantiveram em níveis superiores aos de antes da guerra. O gasto americano anual na Guerra da Coreia subiu para cerca de metade do custo máximo na II Guerra Mundial, somadas as despesas da guerra na Europa às da guerra na Ásia.

Esses também foram os anos da reconstrução das economias devastadas pela guerra no Ocidente europeu e no Japão. Finalmente, a ascensão dos EUA à indiscutível hegemonia na economia mundial foi acompanhada pela criação das instituições de Bretton Woods (o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e pela expansão do comércio e do financiamento mundiais.

A chamada “era de ouro” dos anos 1950 e 1960, entretanto, perdeu gradualmente o fôlego à medida que suas forças históricas propulsoras foram reduzindo sua influência, acabando por ser tornar o que Joan Robinson classificou como a “era de chumbo”. A liquidez que alimentou a onda de compras do pós-guerra secou. A segunda onda automotiva do país se completou. Gastos militares continuaram a impulsionar a economia com a Guerra do Vietnã, mas, com o fim dela, esse estímulo terminou. A nova capacidade de produção das economias europeia e japonesa reconstruídas, aliada à emergente capacidade industrial na periferia, contribuiu para o crescimento do excedente internacional, prestes a se tornar evidente no início dos anos 1980.

Em 1974-75, as economias americana e mundial como um todo entraram numa crise estrutural completa, pondo fim ao longo *boom* e marcando o início de décadas de estagnação cada vez mais profunda. As condições gradativamente piores da acumulação podem ser vistas na trajetória de queda da taxa de crescimento da economia dos EUA: mais baixa nos anos 1970 do que nos anos 1960; mais baixa nos anos 1980 e 1990 do que nos 1970; e mais baixa em 2000-2007 do que nos anos 1980 e 1990. Desde 2007, a economia vem declinando. É a mais profunda crise desde a Grande Depressão, o que torna os anos 2000-2009, de longe, a pior década na performance econômica do país desde 1930.

O PARADOXO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O lucro cresce e limita o aumento dos salários. Mas, e daí, quem compra a produção crescente?

O capitalismo, ao longo de sua história, é caracterizado por um incessante movimento de acumulação, levando ao que se chama de “o paradoxo da acumulação”. Os lucros crescem primariamente porque se acentua a taxa de exploração da força de trabalho, isto é, crescem limitando o crescimento dos salários em relação ao crescimento da produtividade. Isso, em última instância, acaba limitando a expansão do próprio capital. Esse paradoxo da acumulação se reflete no que Paul Sweezy chamou de “tendência à sobreacumulação” do capital. Aqueles que recebem o excedente econômico gerado na produção estão sempre em busca de aumentar seus lucros e riquezas por meio de novos investimentos e aumento da capacidade produtiva. Mas isso inevitavelmente se choca com a relativa pauperização dos que se encontram na outra ponta do processo de produção do excedente. Consequentemente, o sistema depara com demanda efetiva insuficiente – com barreiras ao consumo que conduzem, por fim, à interrupção de investimentos. O crescimento excessivo da capacidade instalada bloqueia a formação de novos capitais, visto que as corporações não investem em novas fábricas e em equipamentos quando porções significativas de sua capacidade existente se encontram ociosas. Essa

tendência à sobreacumulação se torna cada vez mais dominante no capitalismo monopolista maduro, desacelerando a taxa de crescimento em torno da qual ocorrem as flutuações dos ciclos de negócios e, dessa forma, fazendo surgir o fantasma da estagnação econômica de longo prazo.

O capitalismo competitivo no século XIX foi dinâmico em seu núcleo, pois a tendência à sobreacumulação foi refreada em virtude de fatores históricos favoráveis. Nesse período, o capital estava ainda se formando virtualmente do nada. Ao mesmo tempo, a natureza competitiva do sistema fazia que os níveis de preços, de produção e de investimentos fossem largamente determinados por forças do mercado, independentemente das empresas individuais. Embora favoráveis ao sistema de ampla acumulação, os repetidos ciclos de expansão e contração do capitalismo competitivo levaram empresas à falência, tanto pequenas como de grande porte, em todos os setores e mesmo em empresas situadas no centro do poder financeiro global, como mostram vários estudos.

Ao contrário, sob o capitalismo monopolista, as empresas financeiras americanas dominantes ainda estão no centro dos negócios, mesmo após um século. JPMorgan, Goldman Sachs, National City Bank e Lehman Brothers já existiam em 1909 e continuam existindo, com a exceção notável do Lehman Brothers, que desapareceu no início da atual crise. Mas, em contraposição a essa acentuada estabilidade no centro da riqueza e do poder, muitas das

circunstâncias favoráveis ao sistema de ampla acumulação desapareceram.

Na fase monopolista, a saturação de capital – o problema de haver capacidade instalada e produção em demasia – torna-se uma ameaça. Todo o sistema opera cada vez mais pressionado, com problemas crescentes de demanda efetiva. A inovação tecnológica foi sistematizada e faz parte da rotina, assim como o gerenciamento científico do processo de trabalho e, também, do consumo, por meio do *marketing*. O papel da concorrência de preços na regulação do sistema é, assim, bastante reduzido.

O sistema tende sempre a gerar mais excedentes do que o que pode ser facilmente absorvido por investimentos (e consumo capitalista). Sob essas circunstâncias, como Sweezy afirma, “a taxa de crescimento sustentável do Departamento I passa a depender essencialmente de ele ser orientado para o crescimento do Departamento II [...] Se os capitalistas persistem na tentativa de aumentar seu capital, ou seja, a capacidade social de produção, mais rapidamente do que é garantido pelo poder de consumo da sociedade, o resultado é a formação de um excesso de capacidade instalada. À medida que esse excesso de capacidade cresce, as taxas de lucro declinam e o processo de acumulação desacelera até que uma proporcionalidade sustentável entre ambos os departamentos seja novamente estabelecida. Isso ocorrerá com a economia atuando com seu potencial substancialmente reduzido em relação à sua capacidade total. Na ausência ►



de novos estímulos (guerra, abertura de novos territórios, inovações tecnológicas ou produtivas significantes), essa condição de estagnação persistirá: não há nada na lógica do processo de reprodução [do capital] que possa afastar a economia desse ponto morto e iniciar novo período de expansão”.

Essa tendência à maturidade e à estagnação não significa que os altos e baixos do ciclo de negócios cessarão – nem indica colapso econômico. Antes, sugere simplesmente que a economia tende a um equilíbrio em situação de subemprego, com as recuperações sendo abortadas em situações distantes do pleno emprego. O caso clássico é o da própria Grande Depressão, durante a qual ocorreu um ciclo de negócios completo em meio a uma estagnação de longo prazo, com a taxa de desemprego flutuando por todo o período entre 14% e 25%. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, foi sucedida por uma recessão até 1933, com uma recuperação de 1933 até 1937, e outra recessão em 1937-1938 (com recuperação total somente no início de 1939, em razão do massivo estímulo da II Guerra Mundial).

Se, como Paul Baran e Paul Sweezy escreveram no livro *Capitalismo monopolista*, “o estágio normal da economia capitalista econômica é a estagnação”, isso se deve, entretanto, não apenas às condições da industrialização madura descritas acima,

mas também ao padrão de acumulação modificado associado à tendência de dominação da grande empresa. Na teoria econômica ortodoxa, tanto clássica como neoclássica, o eixo central da chamada “autorregulação” da economia é a competitividade entre preços, da qual se ergue a “proverbal mão invisível” do sistema. É isso que transforma os ganhos da produtividade em benefícios para a sociedade como um todo, pelo barateamento dos

No capitalismo monopolista, a real concorrência de preços sofre um tipo de interdição

produtos. Sob o capital monopolista ou oligopolista, todavia, a concorrência de preços é efetivamente banida, com taxas de preços gerais apenas ascendentes para toda a indústria – exceto nas mais severas crises deflacionárias. A deflação foi a regra no capitalismo competitivo do século XIX. A tendência dos preços no atacado nos EUA foi descendente durante quase todo o século, com a notável exceção do período da Guerra de Secessão. E a inflação iria

tornar-se a regra no capitalismo monopolista do século XX. A tendência de preços do atacado, nesse caso, foi ascendente durante a maior parte do século, com a notável exceção do período da Grande Depressão.

O sistema aprendeu rapidamente, em razão de algumas espetaculares quebras, que as grandes empresas deparariam com a ameaça de autodestruição mútua se se engajassem numa acirrada concorrência de preços, enquanto um acordo para manter ou elevar preços, geralmente em conjunto, removeria completamente tal ameaça. A racionalidade de tal conluio pode ser facilmente explicada nos termos da Teoria dos Jogos da economia tradicional. A recusa ao acordo, ou seja, a continuidade da concorrência de preços, ameaça arruinar todas as partes; o conluio, pelo contrário, tende a beneficiar todas.

De fato, a concorrência de preços não é completamente excluída no capitalismo avançado e é possível nas situações em que as empresas julgam poder tomar a dianteira dessa forma, como no caso de setores novos ainda não dominados por poucas empresas, ou seja, antes que a crise desse setor tenha criado as condições para a oligopolização. Isso pode ser claramente percebido nas décadas recentes, nos setores da computação e da tecnologia digital. Os preços também podem cair e uma módica competição pode ser introduzida – ainda que destinada a eliminar do negócio as em-



presas menores – em virtude do “abastecimento global” das grandes empresas por mercadorias produzidas em países de mão de obra barata. Isso é evidente no varejo, como no caso do Wal-Mart, que depende fortemente de mercadorias importadas da China. Como regra geral, entretanto, a genuína concorrência de preços sofre uma espécie de interdição na fase monopolista do capitalismo.

As implicações disso no centro da economia moderna são enormes. A competição por produtividade e por baixo custo ainda se mantém intensa, mas a diminuição drástica do papel da concorrência de preços indica que os lucros do processo econômico tendem a se concentrar no crescente excedente de grandes empresas, e não a se disseminar amplamente por toda a sociedade em razão da queda de preços. Isso agrava os problemas de sobreacumulação. Ao depararem com a tendência de saturação de mercado e, conseqüentemente, com a ameaça de superprodução, corporações monopolistas tentam defender seus preços e margens de lucro reduzindo a utilização da capacidade instalada. Isso, contudo, impede a economia de empregar o capital excedente acumulado, o que reforça as tendências de estagnação. Fábricas e equipamentos ociosos são mantidos em reserva para a possibilidade de uma rápida expansão. A economia capitalista monopolista tende, dessa forma, a ser ca-

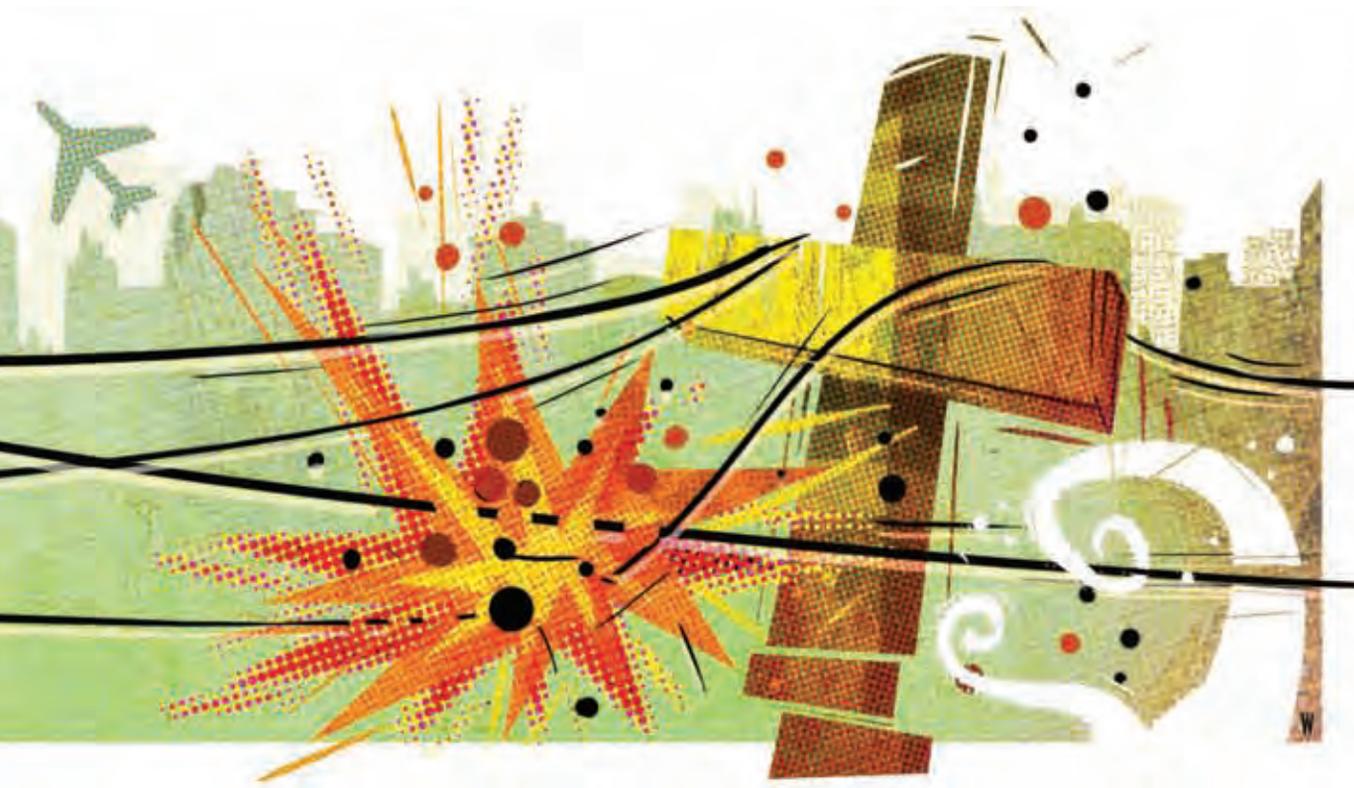
racterizada por altos níveis de excesso de capacidade não planejados e planejados. Grandes corporações têm considerável autonomia para regular sua produção e níveis de investimento, assim como seus preços, que não são determinados externamente, pelo mercado, mas, antes, com um olho em seus rivais oligopolistas vizinhos.

As grandes corporações, no entanto, travam grande disputa por fatias do mercado por meio do esforço de vendas – pela publicidade dos produtos e das marcas e por uma panóplia de técnicas mercadológicas. Como Martin Mayer escreveu em *Madison Avenue*, nos anos 1950: “Fazer propaganda tem surtido muito efeito porque é uma arma efetiva e de baixo custo. É o método moderno de atingir objetivos, que, antigamente – ao menos em teoria –, eram alcançados por meio de cortes nos preços”. Tendo sido um pequeno elemento no capitalismo competitivo do século XIX, a propaganda torna-se central no capitalismo monopolista. Isso também reflete os problemas de saturação do mercado.

A tendência endêmica à estagnação da economia capitalista madura não se deve à estagnação tecnológica, ou seja, a alguma falha em inovação tecnológica ou no crescimento da produtividade. A produtividade continua a avançar e inovações tecnológicas são introduzidas à medida que as empresas continuam a competir

por posições de baixo custo. Mas isso, contudo, se revela um grave problema das sociedades ricas em capital do centro do sistema, uma vez que a principal restrição à acumulação não é o fato de a economia não ser produtiva o bastante, e, sim, de ser produtiva demais. De fato, em numerosos casos importantes, tais como o da moderna indústria automobilística, as corporações se acertam promovendo plataformas de produção e arranjos de mercado que maximizam a ineficiência e o desperdício, enquanto geram grandes lucros. Como Henry Ford II disse, uma vez, “minicarros [apesar de sua maior eficiência quanto ao uso de combustível] geram minilucros”.

O surgimento de uma inovação verdadeiramente criadora de uma nova época, com efeitos de escala geográficos, assim como econômicos – equivalente ao motor a vapor e à ferrovia, no século XIX, e ao automóvel, no século XX –, poderia, com efeito, alterar as condições gerais da economia, constituindo-se no catalisador para um novo e longo *boom*, no qual a acumulação de capital se alimentaria de si mesma durante um tempo considerável. Mas inovações desse tipo são poucas e ocorrem com grande espaço de tempo entre uma e outra. Mesmo a revolução digital e do computador, nos anos 1980 e 1990, não se aproximou daquelas inovações anteriores, com relação ao estímulo a novos investimentos de capital. ▶



A ERA DO CAPITAL FINANCEIRO MONOPOLISTA

Da crise dos anos 1970 nasceu a superestrutura financeira de comando, por cima da economia real

Alguns analistas, mais notavelmente Harry Magdoff e Paul Sweezy, descreveram, a partir do início da crise de meados de 1970, o ressurgimento das tendências de sobreacumulação e estagnação. Mas foi nesse período que surgiu uma nova solução para a economia – uma solução parcial, não antecipada e que, contudo, era resultado lógico de toda a história do desenvolvimento capitalista até então. Ela veio pela criação de uma vasta e relativamente autônoma superestrutura financeira por sobre a base de produção da economia capitalista.

Mercados e instituições financeiras evoluíram historicamente com o capitalismo. Mas *booms* financeiros foram episódios tipicamente curtos, que coincidiam com picos de ciclos de negócios e não tinham o caráter independente que vieram a assumir nos anos 1980 e 1990. Como Sweezy perspicazmente escreveu, em 1994: “Tradicionalmente, a expansão financeira andou de mãos dadas com a prosperidade na economia real. É possível que isso não possa mais ser tido como

verdade? É possível que agora, no século XX, o oposto seja mais o caso: em outras palavras, que agora a expansão financeira se alimenta não de uma economia saudável, mas de uma economia já estagnada? A resposta a essa questão, penso, é: sim, é possível e está acontecendo. E direi mais, estou bastante convencido de que essa relação inversa entre o financeiro e a realidade é a chave para compreender as novas tendências”.

Para compreender a mudança histórica que ocorreu nesse período, é crucial reconhecer que há, essencialmente, duas estruturas de preço na economia capitalista moderna: uma relacionada aos preços da produção e associada ao PIB e ao que os economistas chamam de “a economia real”; a outra, relacionada aos preços de ativos, composta principalmente, no período atual por “ativos financeiros”, papéis com direito à riqueza. Essencialmente, o que ocorreu foi o seguinte: incapaz de encontrar uma saída para o crescente excedente na economia real, o capital – por meio de corporações e investidores individuais – aplicou seu excesso de excedente e de poupança no setor financeiro, especulando com o aumento nos preços dos ativos. Enquanto isso, as instituições financeiras, por sua parte, descobriram novos e inovadores caminhos para acomodar esse vasto

afluxo de capital monetário e alavancar a superestrutura financeira da economia para níveis ainda maiores com empréstimos adicionais – facilitados por todo tipo de instrumentos financeiros exóticos, como derivativos, opções, securitizações etc. Algum crescimento das finanças foi, sem dúvida, necessário à medida que o capital passou a circular cada vez mais depressa globalmente. Isso também agiu como um catalisador, promovendo um crescimento incontrolável das finanças em escala mundial.

Esse processo de décadas de financeirização a partir dos anos 1970 e 1980 até a crise atual teve o efeito indireto de impulsionar o crescimento do PIB por meio de vários “efeitos-riqueza” – o fato agora bem reconhecido de que uma certa porção dos aumentos percebidos em ativos reingressa na economia de produção na forma de demanda econômica, particularmente de consumo. Por exemplo, o aumento no gasto com habitação ocorreu à medida que abastados que se beneficiavam do aumento do valor dos seus ativos em imóveis e ações compraram suas segundas casas, contribuindo para um *boom* na construção de casas.

A consequência foi a crescente dependência de toda a economia da existência de uma bolha financeira após a outra para



manter o jogo em andamento. As crises econômicas não se tornaram apenas endêmicas, elas também cresceram em escala e impacto global. A relação simbiótica entre estagnação e financeirização exigiu que, a cada quebra, o Federal Reserve e outros bancos centrais fossem forçados a intervir para salvar o sistema, por recearem que a superestrutura financeira como um todo entrasse em colapso e a economia propensa à estagnação se enfraquecesse ainda mais. Isso levou à desregulação, peça a peça e por longo período, do sistema financeiro e a um ativo encorajamento das inovações financeiras por parte do Estado.

Essencial para o novo sistema financeiro nos EUA foi o surgimento de um “complexo industrial-financeiro” à medida que grandes corporações industriais foram atraídas para o novo sistema, trocando a emissão de ações pelo lançamento de títulos de dívida e desenvolvendo suas próprias subsidiárias financeiras. A concentração do setor financeiro cresceu a passos largos – e continuou se acelerando na crise atual. Em 1990, as dez maiores instituições financeiras detinham apenas 10% do total de ativos financeiros; hoje elas detêm 50%.

Os desenvolvimentos precedentes podem ser vistos como marcas de uma nova transformação na história do capital monopolista, o surgimento do capital financeiro monopolista. Característica dessa fase de acumulação é a armadilha da estagnação-financeirização, em que a expansão financeira se tornou a principal “solução” para o sistema, embora seja incapaz de superar a fraqueza estrutural da economia. Semelhante ao vício em drogas, novas e maiores doses são necessárias a cada etapa, embora sirvam meramente para manter o sistema funcionando. Cada crise conduz a um breve período de contenção, seguido por novos excessos. Outros estímulos externos, tais como gastos militares, continuam a ter papel significativo para erguer a economia, mas seus impactos são agora secundários diante do inchaço das finanças.

O regime neoliberal de hoje deve ser visto como a contrapartida diplomática e política do capital financeiro monopolista. Visa, em primeiro lugar, aumentar os lucros das corporações num regime de estagnação e garantir as infusões necessárias de dinheiro no setor financeiro. Longe de ser uma restauração do liberalismo econômico, o neoliberalismo é, com efeito,

um produto do grande capital, do grande governo e da grande finança em escala cada vez mais global.

Face às perdas do setor financeiro, o Federal Reserve Board e o Tesouro americano adotaram explicitamente a política de salvar os que eram “grandes demais para quebrar”, desmentindo a noção neoliberal de uma economia de mercado “autorreguladora”. O objetivo tem sido o de apoiar as principais instituições financeiras e socializar as perdas durante as crises, enquanto se mantém uma explícita política de não intervenção durante períodos em que a bolha financeira estiver se expandindo – permitindo, assim, que as corporações se beneficiem amplamente da bolha enquanto ela durar.

Sob o regime do capital financeiro monopolista, vemos, então, uma intensificação do paradoxo da acumulação.

Todos os indícios são de que o capital financeiro está sendo repostado no comando

Sobreposta à profunda tendência de sobreacumulação na economia real ou de produção está a contradição de um sistema que busca cada vez mais promover o crescimento da produção como um efeito secundário da promoção dos ativos especulativos financeiros. É como se, no famoso resumo de Marx, D–M–D’ (que diz que com dinheiro se produz mercadoria, que gera mais dinheiro), se pudesse expandir a riqueza e o valor indefinidamente por meio de D–D’ – ignorando completamente a produção de mercadorias na geração da mais-valia, ou seja, do lucro. Esse é um potente sinal da crescente irracionalidade do sistema.

A evidência de que o problema principal continua a ser o aumento na taxa de exploração dos trabalhadores é indicada pelo fato de que, em 2006, o salário real por hora de trabalhadores privados do setor não agrícola, nos EUA, era o mesmo que em 1967, apesar do enorme crescimento da produtividade e da riqueza nesse intervalo de tempo. Entre 2000 e 2007, o crescimento da produtividade na economia dos EUA foi de 2,2%, enquanto

o salário por hora caiu, em média, 0,1%. Salários e outros rendimentos do trabalho, medidos em porcentagem do PIB, caíram de aproximadamente 53% em 1970 para cerca de 46% em 2005. E, como em evidente desafio a essas tendências, o consumo, no mesmo período, aumentou, como porcentagem do PIB, de cerca de 60% no começo dos anos 1960 para cerca de 70% em 2007. Tal desenvolvimento contraditório se tornou possível em virtude de uma massiva expansão do débito imobiliário e da criação, ao final, de uma bolha imobiliária, oriunda da securitização de hipotecas residenciais.

Todas as indicações presentes são as de que o capital financeiro está sendo posto de volta no comando. A revista *Business Week* diz: “Em meses recentes, grandes bancos, como Bank of America, Citigroup e JPMorgan Chase, criaram linhas de crédito vinculadas a derivativos complicados e voláteis [...] Algumas das últimas inovações de Wall Street dão motivo para pensar [...] Credores tipicamente vinculam linhas de crédito a taxas de juro de curto prazo. Mas, agora, Citi, JPMorgan Chase e BofA, dentre outros, estão vinculando linhas de crédito tanto a taxas de curto prazo, como a CDS [*credit default swaps*], os derivativos voláteis e complicados que devem operar como ‘seguro’ para garantir os emprestadores se um devedor falha na quitação de seu débito [...] Nesses novos arranjos, quando o preço do CDS sobe – sinal de que o mercado acha que a saúde da companhia está se deteriorando –, o custo do empréstimo também aumenta. O resultado: quanto mais fraca a companhia, maior a taxa de juros que ela deve pagar, a qual prejudica a companhia cada vez mais [...] Gestores agora precisam lidar com duas camadas de volatilidade – taxas de curto prazo e CDS, cujos preços podem aumentar por razões que escapam ao controle deles”.

Se uma grande e nova bolha financeira será gerada por tais meios sob as circunstâncias atuais, é impossível, neste ponto, determinar. Não se pode deixar de ver, contudo, que restaurar as condições para a expansão guiada pela financeirização tornou-se agora o objetivo imediato da política econômica face à persistente propensão da economia real à estagnação. A irracionalidade social de tais respostas apenas realça o paradoxo da acumulação. A barreira principal para a acumulação de capital continua sendo a própria acumulação de capital! ■

Leia retrato do BRASIL

política • economia • cultura • ciência
analisados com profundidade



www.retrato

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular

dobrasil.com

TROVOADA E CALMÁRIA EM COPENHAGUE

O encontro gigante terminou com muita balbúrdia e pouca ação. Mas os países em desenvolvimento reafirmaram itens importantes do Protocolo de Kyoto

por Flávio Dieguez



A CONFERÊNCIA de Copenhague sobre mudanças climáticas foi promovida como o maior encontro diplomático da história. Talvez sim, pelo número – foram à Dinamarca 115 países e chefes de Estado, cada um deles acompanhado por vastas delegações. Estima-se o total em 45 mil participantes oficiais.

Mas o resultado foi modesto. Na prática, não houve decisão, já que a reunião foi convocada com a pretensão de resolver o que fazer com o Protocolo de Kyoto, que desde 1997 regula ações e negócios relacionados com a emissão de carbono na atmosfera. O protocolo vence em 2012 e a União Europeia, principalmente, propõe que seja substituído o mais rapidamente possível por um novo acordo.

Os EUA não assinaram Kyoto: embora o ex-vice-presidente Al Gore tenha concordado com o acordo, o Congresso dos EUA não aprovou a decisão. E nem o governo nem o Congresso americanos querem um acordo que siga o mesmo modelo de regulação adotado em Kyoto. O presidente Barack Obama mudou a postura intransigente de George W. Bush, seu antecessor, mas ainda está procurando apoio político no Congresso, para onde enviou uma proposta de política climática, em tramitação no Senado.

Obama ficou pouco tempo em Copenhague e teve uma passagem tumultuada. Chegou no dia 17 de dezembro, véspera do encontro final dos chefes de Estado, e bem depois de um incidente que levou à renúncia da presidente do encontro, a ministra dinamarquesa do Ambiente, Connie

Hedegaard. Ela ficou desacreditada porque teria feito uma reunião secreta num hotel, uma semana antes da chegada de Obama, na qual estariam presentes algumas delegações, inclusive a americana. O conclave teria varado a noite redigindo um relatório que se pretendia submeter à conferência como sendo uma proposta da presidência do encontro.

O relatório foi divulgado pelo site londrino *The Guardian* e um grande número de países se rebelou, considerando que o texto seria uma tentativa dinamarquesa de curto-circuitar as regras da negociação. A reação mais forte partiu do chamado G-77, que reúne países pobres com peso importante na política internacional, especialmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

ROUBO DOS POBRES

O grupo nasceu adotando posições comuns, contrárias às dos países industrializados em questões de comércio e de desenvolvimento, nos anos 1960. Hoje conta com cerca de 130 membros e tem tido apoio da China na ONU. Para esses países, Hedegaard estaria trabalhando para eliminar pontos favoráveis aos países pobres, contidos no Protocolo de Kyoto.

O texto dinamarquês “rouba dos países em desenvolvimento sua parcela justa e equânime do espaço atmosférico”, disse o presidente do G-77, o sudanês Lumumba Di-Aping. O chefe da delegação sudanesa, Nafie Ali, afirmou que “os países desenvolvidos estão tentando desmantelar o protocolo”.

O ponto central dessa disputa é a diferença de responsabilidade entre ricos e pobres pela poluição da atmosfera. Antes até de Kyoto – desde a primeira grande reunião sobre o clima, em 1992, no Rio de Janeiro –, consolidou-se o critério de que a principal responsabilidade pela redução da poluição é dos ricos. Por vários motivos: eles estão poluindo há muito mais tempo, desde 150 anos atrás; emitem muito mais poluentes que os países pobres atualmente; e ainda promovem emissões indiretamente em atividades econômicas que realizam nos países pobres, em negócios comuns.

Desde a reunião do Rio, esse critério serve de guia para a construção de uma lei internacional sobre o clima e foi consolidado especialmente na chamada Convenção Quadro da ONU. Ela define que os países “têm responsabilidade comum, mas diferenciada”, conforme suas “respectivas capacidades e sua situação social e econômica”.

Essa norma, em princípio, ganhou forma de lei internacional em 2005. Mas sua força decorre apenas da representatividade que os fóruns da ONU podem lhe conferir. A convenção foi assinada por 141 países, inclusive pela China e pela Índia – os que teriam mais dificuldade para reduzir a poluição, por serem pobres e terem uma população gigantesca.

O problema é que o país mais importante, os EUA, não aceitou a convenção e, naturalmente, joga contra ela o peso de seu poder, influenciando os países industrializados da Europa e o Japão, que assinaram o acordo de 2005. Na prática, os EUA ►

O CALOR DO DEBATE

Há 20 anos se discute uma lei internacional sobre a atmosfera. Veja os avanços e recuos

1992 CÚPULA DA TERRA

Realizada no Rio de Janeiro, foi o primeiro grande encontro desde a fundação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em 1988. Reunindo milhares de cientistas, o IPCC divulgou seu primeiro relatório em 1990

1997 PROTOCOLO DE KYOTO

Apenas dois países ricos importantes, os EUA e a Austrália, deixam de assinar o primeiro acordo internacional para reduzir as emissões de gás carbônico e outros poluentes do ar. Os países ricos deveriam reduzir 30%, e os pobres, 5%, segundo o nível da poluição de cada um

2005 ESBOÇO DE LEI

Kyoto ganha força de lei, a princípio, com validade até 2012. Começa-se, de fato, a discutir um novo acordo depois dessa data. Na prática, a ausência dos EUA no acordo inviabiliza a aplicação da legislação e cresce a pressão dos países ricos para responsabilizar os pobres pela poluição

2007 RUMO A COPENHAGUE

Reunião preparatória na Indonésia aprova o Plano de Ação de Bali, defendido pelo chamado Grupo dos 77, mais a China, cujo objetivo seria evitar recuos nas conquistas já obtidas nas discussões. A emissão de poluentes continuava em alta desde a vigência do Protocolo de Kyoto

reúnem um bloco diplomático informal, nas reuniões internacionais, do qual fazem parte Canadá, Reino Unido, Austrália, Bélgica, Holanda e os países nórdicos, entre outros.

Depois do protesto do G-77, a conferência de Copenhague praticamente se desintegrou. Segundo o site *Al Jazeera*, depois de saber do relatório espúrio, um grupo de 50 países africanos, liderado pela Argélia, saiu em protesto da sala de reunião e o representante argelino, Djemouai Kamel, disse, em nome do grupo: “Estamos vendo a morte de Kyoto”.

Zia Hoque Mukta, delegado de Bangladesh, disse que os países pobres tinham perdido a confiança em Hedegaard, e o delegado chinês, Su Wei, reforçou: disse que havia comissões para redigir o documento. “Não se podem apresentar textos caídos do céu.” A Venezuela, mais incisiva, chamou o expediente dinamarquês de “golpe de Estado contra a autoridade das Nações Unidas”.

TENSÃO INTERNA

Ainda houve tentativas para sair da saia justa. A ONU procurou desculpar o passo em falso de Hedegaard como “um meio de facilitar o processo de decisão”, conforme disse o chefe da área climática da organização, o holandês Yvo de Boer. Mas ele ponderou, também, que “a vasta maioria dos países aqui quer uma extensão de Kyoto”.

Mais nervosos, os primeiros-ministros Gordon Brown, britânico, e Kevin Rudd, australiano, teriam chamado seu colega dinamarquês, Lars Rasmussen, para uma longa conversa de três horas sobre o que fazer. Brown, a certa altura, teria concluído que não havia jeito senão Hedegaard se afastar da presidência.

Além da tensão interna, a imprensa tinha divulgado detalhes embaraçosos da reunião secreta, contando que diplomatas americanos introduziam, à vontade, cláusulas do interesse dos EUA no texto “dinamarquês”.

Mesmo assim, Hedegaard continuou à frente do encontro até o fim – após renunciar e desrenunciar em seguida. E até o fim também continuaram aparecendo versões variadas da “proposta da presidência”.

Com isso, a conferência praticamente já tinha acabado antes de Obama botar os pés na Dinamarca. O diário francês *Le Monde*, por exemplo, disse que, diante do vácuo de credibilidade, a China teria reunido a Índia, o Brasil e a África do Sul para redigir um documento que salvasse o dia. O quarteto

teria convidado Obama a participar – ou ele mesmo se convidou, disse o jornal. Havia versões contraditórias sobre o ocorrido.

O texto saído desse encontro, depois de votado, transformou-se no Acordo de Copenhague. Em retrospecto, não houve realmente surpresa em relação ao final pragmático que a conferência tomou. Embora tenha discutido longamente a Convenção Quadro com chineses e indianos neste ano, Obama apenas repetiu, em Copenhague, a mesma posição que adotou nas últimas negociações climáticas, em especial na reunião de Bangcoc, em novembro passado.

De acordo com o site Times of India, a China, já então, teria preparado e negociado um texto com a Índia, o Brasil e a África do Sul. O objetivo seria o mesmo de agora: preservar uma postura comum em favor dos interesses dos países pobres. Os pontos essenciais foram resumidos pela agência oficial chinesa Xinhua: se os países ricos querem uma regulação internacional sobre o clima, devem ajudar os países

China: como fazer os países desenvolvidos honrarem seus compromissos?

pobres por meio de recursos financeiros e tecnológicos, de modo que eles possam se industrializar de uma maneira menos poluidora do que a tecnologia do passado ou a atual permitem.

O Acordo de Copenhague repete essa linha fielmente, na avaliação do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao. À Xinhua ele apontou três aspectos positivos: primeiro, o acordo teria mantido o “princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas” de Kyoto. Segundo, teria dado um passo à frente na ideia de que o corte nas emissões é “obrigatório para os países desenvolvidos”, cabendo aos países em desenvolvimento apenas realizar “ações voluntárias para mitigar” os problemas. Terceiro, o acordo teria criado um “importante consenso em relação às metas de emissão de longo prazo” no tocante ao “financiamento e apoio tecnológico aos países em desenvolvimento” e à “transparência”. Não está claro, porém, qual seria a abrangência desse “consenso” quanto ao financiamento e à tecnologia.

Wen disse à Xinhua que a comunidade internacional precisa encontrar meios concretos de “fazer os países desenvolvidos honrar seus compromissos”, conforme o texto da reportagem. O impasse, nesse ponto, parece longe de uma solução, já que não existe precedente de um país desenvolvido repassar tecnologia de ponta para países em desenvolvimento.

Os países europeus parecem mais convencidos de que podem achar um meio de resolver esse impasse. Eles consideram que o excesso de carbono pode aquecer o planeta até 2°C até o fim do século, com efeitos desastrosos. Mas os EUA não sentem a mesma urgência. A proposta que Obama enviou ao Congresso, por exemplo, falava em reduzir as emissões americanas em 20%, mas a Câmara dos Representantes, que já votou o assunto, baixou a meta para 17%.

FRUSTRAÇÃO EUROPEIA

E esse número ainda toma como base as emissões de 2020 em relação a 2005, enquanto o necessário para evitar o desastre seria uma redução de 20% em relação aos níveis de 1999. Tendo em conta esse ano-base, o corte efetivo em tramitação nos EUA representa uma redução de apenas 4%. Acredita-se que o Senado será ainda mais insensível ao perigo do que a Câmara.

A Europa se comprometeu a cortar os 20% necessários até 2020 para evitar o excesso de calor. Os europeus também tiveram uma reação diferente à dos americanos em relação ao Acordo de Copenhague, saudado por Obama como um avanço importante. “Pela primeira vez na história”, disse o presidente americano, “todas as principais economias do mundo se reuniram para assumir sua responsabilidade em agir em relação à mudança climática.”

Os europeus, em vez disso, se disseram frustrados. “Não posso esconder minha decepção”, disse o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, um dos que mais teriam se empenhado em aprovar, agora, uma nova regulação climática para 2013.

A China tem uma perspectiva diferente. Wen enfatizou ao dizer que, além de medidas de longo prazo, é preciso pensar em medidas viáveis de curto e médio prazos. O motivo é que a China – assim como a Índia – tem uma população muito grande e pobre. Esses dois países procuram crescer rapidamente para se desenvolver e, em vista disso, ambos estão emitindo muito carbono e outros gases poluentes, como o metano. Em termos absolutos, a China emite um

pouco mais do que os EUA: 9,2 bilhões de toneladas de gás carbônico por ano, contra 8,8 bilhões de toneladas. Isso significa que cada um responde por um terço das emissões totais (a mesma parcela da Europa). Mas, em termos de emissões por habitante, a China polui seis vezes menos do que os EUA (sem contar emissões americanas do passado e as emissões conjuntas com os chineses). A China, em vista disso, não quer comprometer seu ritmo de crescimento econômico (em torno de 10% ao ano) com a redução das emissões.

Seu plano é achar meios de crescer emitindo menos poluentes. Isso posto, os líderes chineses consideram que podem reduzir em 45% os poluentes que o país gera atualmente. Criticada por não submeter esse corte à verificação internacional, a China respondeu que tomou a decisão por conta própria, independentemente das negociações para criar uma regulação aceita pela comunidade internacional – que aí, sim, teria força de lei.

Em relação à possível ameaça de destruição do planeta, Copenhague adotou uma atitude bem menos apressada do que queria a União Europeia. O texto diz claramente que reconhece “a opinião científica de que a temperatura global deve ficar abaixo dos 2°C”. Diz também concordar com “cortes profundos nas emissões globais, de acordo

com a ciência [...] de modo a manter o aumento da temperatura abaixo de 2°C”.

A AMEAÇA DE SEMPRE

Apesar disso, o acordo condiciona a urgência das ações à solução de outros problemas. “Devemos cooperar para alcançar o pico das emissões o mais rapidamente possível”, diz o texto. Mas acrescenta: “reconhecendo que o tempo para chegar ao pico será maior nos países em desenvolvimento e tendo em mente que o desenvolvimento social e econômico e a erradicação da pobreza são as primeiras e mais urgentes prioridades dos países em desenvolvimento”.

Nesses termos, o problema climático deixa de ter o caráter de uma ameaça assustadora para continuar sendo apenas a ameaça de sempre – que não é pequena e historicamente atinge com mais força os países pobres e dependentes dos ricos.

Nas últimas três décadas, os efeitos das calamidades cresceram dez vezes, informa, por exemplo, o relatório da ONU sobre esse tema publicado em 2007-2008. Em termos de prejuízos materiais, as perdas passaram de 75 bilhões de dólares, em 1960, para 660 bilhões de dólares, calcula o estudo.

Nesse número estão incluídos todos os tipos de desastres, desde terremotos e enchentes até acidentes em obras. Mas o estudo explica que os riscos só se trans-

formam em calamidade por problemas sociais, que são bem conhecidos: o relatório menciona urbanização inadequada, empobrecimento de grandes contingentes por decisões econômicas mal planejadas, falta de investimento em saneamento e em escolas e assim por diante.

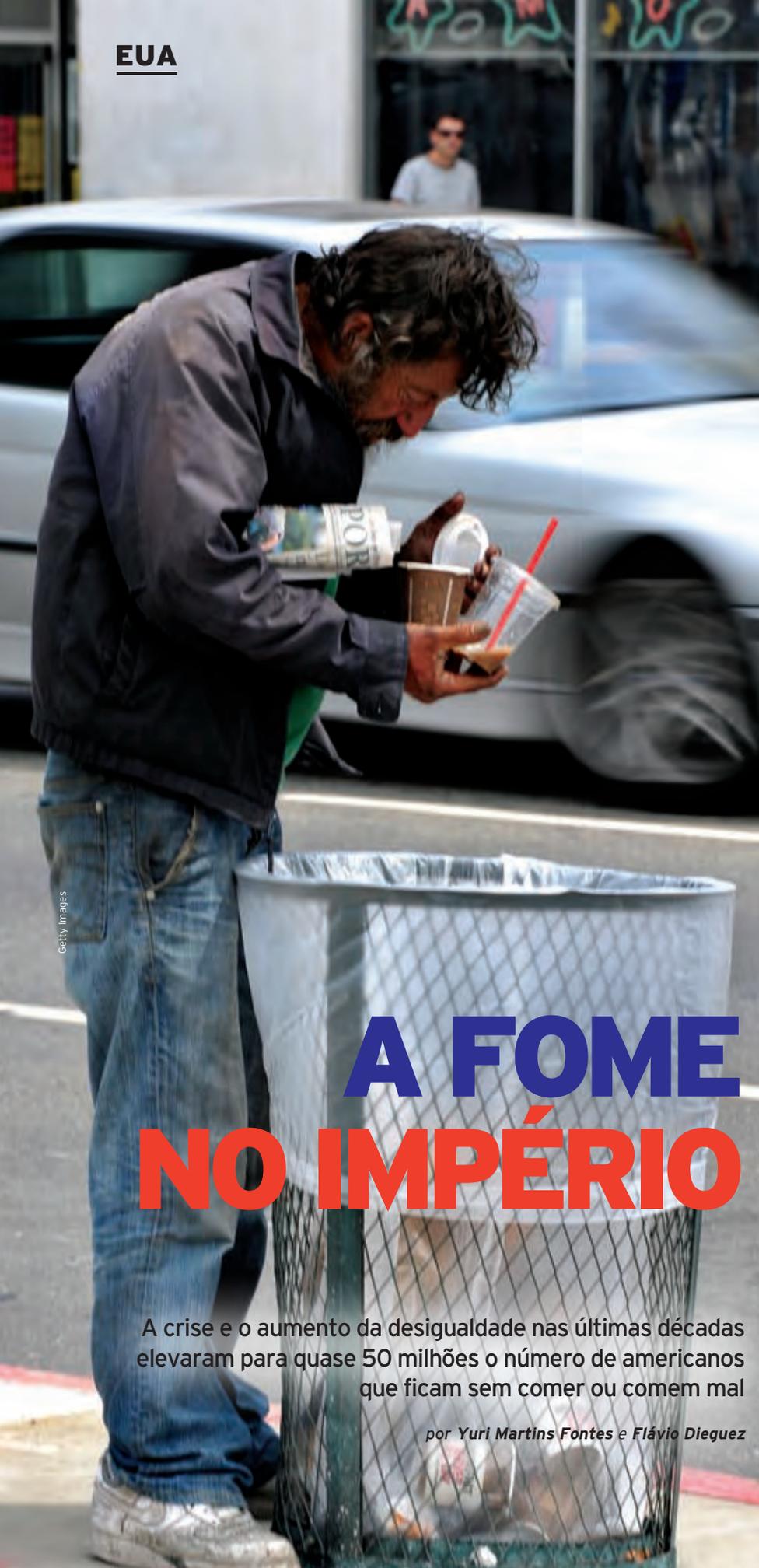
Para mostrar a diferença entre ricos e pobres, o relatório soma os atingidos por desastres climáticos entre 2000 e 2004 nos países pobres – foram 262 milhões de pessoas, mais de 98% do total mundial. No caso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 30 países mais industrializados, os atingidos no mesmo intervalo foram apenas 5 milhões. Levando-se em conta a população total de cada contingente, o risco dos pobres é quase 78 vezes maior: uma pessoa em 19 contra uma em 1,5 mil. No geral, mais de quatro quintos das pessoas expostas a risco vivem em países de médio e baixo desenvolvimento social.

Um outro relatório da ONU, de 2004, mostra que existiam, na época, 130 milhões de pessoas expostas a terremotos, 119 milhões ameaçadas por ciclones, 196 milhões sob risco de enchentes e 220 milhões sofrendo com a seca. Essas pessoas não precisam ser convencidas de que é preciso cuidar melhor do planeta. ■

Obama e líderes europeus: de última hora, eles tentaram algum tipo de entendimento, que, afinal, não pareceu satisfatório



Reuters



Getty Images

A FOME NO IMPÉRIO

A crise e o aumento da desigualdade nas últimas décadas elevaram para quase 50 milhões o número de americanos que ficam sem comer ou comem mal

por Yuri Martins Fontes e Flávio Dieguez

Sem-teto numa rua de Nova York: eles já não são os únicos americanos com dificuldade para conseguir um almoço adequado

O FATO de os EUA absorverem dois terços da riqueza mundial não significa que essa riqueza seja igualmente distribuída entre os americanos. A desigualdade no país é grande e vem crescendo desde 1975, como mostram diversas pesquisas recentes. O aumento da fome é o sinal mais chocante dessa situação: 49 milhões de americanos passam fome, atualmente, de acordo com o último relatório do Departamento de Agricultura dos EUA, publicado em dezembro passado com dados referentes a 2008.

Ou seja, o contingente de americanos que ficam sem comer ao menos um ou dois dias por semana é maior do que toda a população argentina. O próprio Departamento de Agricultura esclarece que suas contas são apenas levantamentos estatísticos, portanto, podem estar aquém da gravidade real da situação.

A crise financeira teve um efeito brutal sobre os números, que subiram 31,5% em apenas um ano: a proporção das famílias ameaçadas de desnutrição passou de 11,1% para 14,6% entre 2007 e 2008. Em 2000, a porcentagem era de 10,5%. Parte dos aumentos recentes se deve ao desemprego, e outra parte, ao aumento dos preços da comida nos EUA, afirma o departamento.

Segundo o relatório, “essa é a maior taxa de insegurança alimentar registrada no país desde 1995” (não é possível comparar com números anteriores porque o método de avaliação mudou). O informe foi qualificado de “inquietante” pelo presidente Barack Obama, que destacou o fato de as crianças serem especialmente atingidas pela pobreza crescente.

A fome é maior nas casas onde há crianças: nesse subgrupo, a porcentagem de famílias sem dinheiro para comprar comida sobe para 22,5% do total. Um dos motivos é que os pais, muitas vezes, deixam de comer para deixar para as crianças. O número de crianças que vivem em estado de insegurança alimentar, de acordo com o relatório, aumentou de 13 milhões para 17 milhões entre 2007 e 2008.

Obama considerou essa situação uma ameaça ao futuro do país. “Nossa futura competitividade como nação depende de uma alimentação saudável e regular”, disse ele. Com a popularidade reduzida a 49%, o presidente está enfrentando com dificuldade a tensão política instaurada pela crise. Alguns grupos consideram insuficiente o esforço do governo para proteger a população do desemprego e da redução da renda.

“O governo premia os corruptos de Wall Street com lucros astronômicos enquanto grande parte de nosso povo não tem o que comer”, diz, por exemplo, Jim Wrengler, da organização americana Coalizão contra a Fome. Wrengler menciona também a guerra do Afeganistão, com a qual se gastam “bilhões em armas e equipamentos militares para manter 100 mil soldados lutando contra um suposto terrorismo”.

Segundo ele, a situação é mais grave do que se pensa. “Os números demonstram que a procura por refeitórios populares aumentou em 20% em um ano e 55% dos programas de emergência não têm

Ideias de emergência

Evitar o desperdício é uma das formas propostas para reduzir a fome

A organização Alimentando os Estados Unidos propõe enfrentar os pratos vazios criando mais bancos de alimentos - para arrecadar e distribuir comida em comunidades pobres. Os bancos existentes já oferecem 25 milhões de refeições por ano. Para o antropólogo Timothy Jones, da Universidade do Arizona, pode-se, além disso, tentar conter o desperdício. Segundo ele, “45% dos alimentos produzidos não chegam a ser comidos”. Jones diz que as perdas se devem a práticas rurais inadequadas, problemas de comercialização e excesso de consumo. Ele afirma que, nas residências americanas, “14% do que se compra em supermercados e padarias vão para o lixo”. Um sexto disso são alimentos “cuja embalagem não chega a ser aberta”.

comida suficiente para os necessitados.”

Para James Macklin, voluntário da missão Bowery, que há 130 anos trabalha com assistência social em Nova York, os “necessitados” atendidos hoje “não são somente os sem-teto, mas famílias inteiras”. Sua colega, a missionária dominicana Filomena Encarnación Acevedo, avalia que “um em cada cinco garotos de Nova York vai para a cama com a barriga vazia ou não tendo comido o suficiente”.

O porto-riquenho Jaime Agosto, de 48 anos, conta sua situação: “Já tem um ano que perdi meu emprego num armazém. Tive de deixar meu apartamento e vi o que era passar fome. Hoje me dão 200 ‘pesos’ [dólares] em vale-alimentação, mas não me basta. Por isso durmo no albergue do Bronx e, quando posso, venho comer [o “sopão”] da missão”. Segundo o relatório

do Departamento de Agricultura, 1,5 milhão de nova-iorquinos vivem abaixo do limite de pobreza.

Além do problema da fome, inúmeros estudos recentes confirmam que a desigualdade de renda nos EUA alcançou nível equivalente ao dos anos 1920, o qual levou à crise de 1929. A tendência à desigualdade se acelerou a partir de 1975, como mostra um estudo importante do pesquisador Jared Bernstein, do Instituto de Política Econômica (e um dos consultores da campanha de Obama). A renda dos ricos, entre 1979 e 2005, subiu 200%, e a dos pobres, apenas 1,3%, calcula o economista. A classe média perdeu ainda mais: sua renda aumentou apenas 1% no mesmo período.

Portanto, o aumento do desemprego em 2008 agravou a fome, mas já havia uma tendência persistente à desigualdade desde os anos 1980, tidos como a “década perdida”. O crescimento econômico se acelerou um pouco na década seguinte, mas a renda extra não foi distribuída por igual.

Os estados que mais sofrem são o Mississippi (17,4% das famílias são atingidas pela insegurança alimentar), o Texas (16,3%) e o Arkansas (15,9%), no centro-sul do país. As menores taxas foram as do centro-norte e do nordeste: Dakota do Norte (6,9%) e Massachusetts (8,3%). As famílias com fome acima da média são as que têm crianças, as que são chefiadas por mulheres solteiras (37,2%) e as formada por afrodescendentes (25,5%) ou por latino-americanos (26,9%).

Dos 49,1 milhões de americanos com fome, 17,3 milhões estão na categoria de segurança alimentar muito baixa. Esse grupo é o que mais cresce e vem crescendo há mais tempo. Eles eram 11,9 milhões em 2007 e 8,5 milhões em 2000. ■

O cálculo da fome

O governo americano define dois níveis de insegurança alimentar

Segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, uma família é considerada em situação de insegurança alimentar quando não tem renda suficiente para comprar comida de modo a satisfazer as necessidades de todos os seus membros. A contagem dos dias sem comer é feita anualmente.

A insegurança alimentar tem dois níveis: “baixa” e “muito baixa”. No primeiro nível entra quem foi temporariamente forçado a interromper ou a reduzir seu padrão de alimentação usual, adotando uma dieta mais econômica em qualidade e quantidade.

Nesse patamar estão 8,9% das famílias americanas (10,4 milhões de lares). A proporção era de 7% em 2007. No nível de segurança muito baixa estão famílias que cortaram refeições por mais tempo, ao longo do ano. Em 2008, esse grupo representou 5,7% dos domicílios (6,7 milhões), um aumento de 4,1%.

Até 2007 se usou a expressão “insegurança alimentar com fome”. Depois, cortou-se o “com fome”. Seria uma tentativa de esconder a realidade, afirma a organização americana Pão para o Mundo. “A ideia de remover a palavra ‘fome’ é um enorme prejuízo aos milhões de habitantes do país que lutam diariamente para se alimentar.”



UM GUERRILHEIRO NO PODER

Uma meta do ex-tupamaro Mujica é realizar projetos sociais que seu antecessor e aliado adiou em nome da estabilidade econômica

por Yuri Martins Fontes

A VITÓRIA do antigo guerrilheiro José Mujica nas eleições uruguaias no último novembro certamente não é uma guinada à “esquerda radical” – como a oposição quis rotulá-la durante a campanha. Representa a continuidade de uma coalizão partidária de centro, com nuances de esquerda – a Frente Ampla, que subiu ao poder em 2005, com Tabaré Vázquez.

Com 74 anos de idade, Pepe, como é conhecido no país, afirmou que continuará a viver em seu sítio nos arredores de Montevideu e, “se for possível conciliar”, continuará a mexer com agricultura. Na época da ditadura uruguaia (1973 a 1985), Mujica foi membro

do movimento armado Tupamaro e passou quase 14 anos no cárcere como preso político. Agora, como presidente, discursou em prol da conciliação nacional, afirmando que governará para “todo o país”.

“O governo eleito não é dono da verdade e precisa de todos”, afirmou, citando como seu modelo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dias antes do pleito, Mujica elogiou Lula, chamando-o de “genial” por ter recebido o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad. Em favor do gesto de Lula, disse que considera um “erro” da comunidade internacional querer isolar o iraniano.

Como vice-presidente, Mujica terá o eco-

nomista Danilo Astori, que foi seu opositor na convenção que escolheu o candidato da Frente Ampla no final de 2008. Acredita-se que a dupla tentará dar continuidade às políticas de Vázquez, que sai com grande apoio popular. Mas a vitória da Frente Ampla foi apertada, obtida no segundo turno, e seguiu-se a duas derrotas plebiscitárias diante da direita, as quais decidiram sobre temas bastante sensíveis ao uruguaio – “povo que gosta de votar”, segundo o escritor e jornalista Eduardo Galeano.

Os plebiscitos decidiram pela manutenção da Lei da Caducidade Punitiva do Estado – ou seja, a impunidade aos crimes

militares durante o período da ditadura – e pela proibição de voto aos cerca de 650 mil cidadãos uruguaios que vivem no exterior. Galeano afirmou sobre isso que os emigrados – na maioria, jovens que deixaram o país em busca de trabalho nos anos 1990 – foram duplamente castigados: “O país os castigou expulsando-os e depois voltou a castigar, negando-lhes o direito de voto”. Quanto ao tema da impunidade militar – que prevaleceu por apenas um ponto percentual –, Galeano ponderou que o povo, “recém-saído da ditadura, ainda tem medo” e que confunde “justiça com vingança”.

Apesar desses revezes, o governo da Frente Ampla defende a continuidade, haja vista os avanços que teria promovido no país, entre os quais estaria a ampliação do sistema de saúde pública para mais 700 mil uruguaios. Também contaria a favor da coalizão uma relativa redução do desemprego, a maior estabilidade econômica e um aumento dos salários em 25% em cinco anos. Vázquez menciona ainda que triplicou o investimento na educação pública (o governo destaca ter colocado computadores com internet em todas as escolas) e diminuiu o período mínimo de trabalho para a aposentadoria (35 para 30 anos), aumentando o valor das pensões em 65%.

Mujica agora promete avançar nos projetos sociais que, segundo ele, “pela necessidade de recuperar a economia nacional”, teriam sido contidos durante o governo anterior. Em uma entrevista ao site de notícias do Senado Brasileiro, publicada em dezembro passado, ele ressaltou que é sua intenção investir na “economia do conhecimento, necessária para um país pequeno como o Uruguai”. “Temos de investir muito mais na inteligência”, afirmou, citando como exemplo a tecnologia de rastreamento de rebanhos por satélite.

“É preciso vender esse conhecimento para o Brasil – quem vai encher os navios de carne são os brasileiros. Nós temos de vender a indústria veterinária, a inteligência.” Ele afirmou que, “se a Frente Ampla permanecer no poder por 15 anos, não restará nenhum jovem sem formação superior no Uruguai”.

No tocante ao Mercosul, a campanha marcou uma diferença clara entre a postura de Mujica e a do candidato conservador, Luis Alberto Lacalle, do Partido Blanco. Lacalle transformou sua oposição à integração sul-americana em um tema prioritário do debate, criticando especialmente a ideia de um parlamento regional. Mujica defendeu a integração ampla do continente.

Se depender dele, disse, o Mercosul se desenvolverá com ênfase também na integração cultural, educacional e social. “O Mercosul tem sido excessivamente mercantilista. Apenas pelo comércio não nos integraremos. Precisamos de pesquisa, ciência, cultura.” Mesmo assim, acredita que obras de infraestrutura, energia e comunicações também são importantes na pauta da integração continental.

Perguntado sobre as diferenças entre as “esquerdas representadas pelos governos de Lula, Michelle Bachelet e Hugo Chávez”, Mujica respondeu que “o verdadeiro julgamento se dá a partir de resultados, não com declarações. Se favorece os mais humildes e contribui para elevar o nível da sociedade, é esquerda, é solidariedade. Se não, é uma boa intenção, mas a esquerda falhou”.

Referindo-se ao caso da Venezuela – país com o qual o Uruguai tem ampliado o comércio –, afirmou que “há caminhos e métodos distintos”. “No Uruguai, a vida humana vale muito; no Caribe [historicamente], não é assim.” Mujica foi, diversas vezes durante a campanha, tachado de “violento” e “autoritário”, devido a seu passado de luta armada. Agora, tenta aproximar sua imagem política da de Lula, ao qual atribui uma “posição filosófica e inteligente”: “Com a reforma de Lula, não se construiu nenhum país excepcional, porém, hoje se come melhor. Não seria isso uma revolução?”.

Existem dois temas imediatos que ficaram de herança para Mujica, ambos com implicações diretas sobre o Mercosul. O primeiro é que o Uruguai foi considerado paraíso fiscal pela OCDE (Organização para

a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Pode ser pressionado a quebrar sigilos bancários de clientes internacionais poderosos. Essa possibilidade rachou a Frente Ampla na campanha. Mujica criticou o “sigilo bancário” e defendeu discutir a situação com Argentina e Brasil, principais prejudicados por um paraíso fiscal em suas fronteiras. Vázquez e Astori criticaram a decisão da OCDE, alegando que o fim do sigilo poderia ter “consequências negativas” sobre os investimentos externos e a “estabilidade” do país.

Outro problema difícil é a “crise das papéis”, fábricas de celulose das empresas Botnia (finlandesa) e Ence (espanhola) a serem construídas na margem do rio Uruguai. Os argentinos reclamam, inclusive porque prejudicaria o balneário argentino de Gualeguaychú, do outro lado do rio. A pressão contra as fábricas fez que fossem fechadas duas das pontes que ligam os países.

A Ence, depois disso, teria decidido mudar sua fábrica para outra região do Uruguai, mas a Botnia ainda insiste no local previsto. As multas previstas no caso de rompimento dos acordos dificultam a negociação. Segundo Bruno Magalhães, do centro de pesquisas Observatório Político Sul-Americano, sediado no Rio de Janeiro, os tratados representam “o maior investimento estrangeiro direto na história econômica uruguia, ou 2,5% do PIB”. A implantação significaria também um aumento 1% no nível de emprego. Diante do impasse, Mujica disse que pretende “negociar, negociar e negociar, até que seja insuportável”. ■

Manifestação eleitoral pró-Mujica: a mobilização deu a ele 53% dos votos no segundo turno





Tânia Caliari

UM TEMPO EXTRAORDINÁRIO

Do Rio, de Salvador e do Recife se irradiam as principais formas de brincar a folia, festa em constante mutação, momento de farras e subversões

por **Tânia Caliari**

OS DEDOS de dom Luiz amarravam com dificuldade a saia de baiana de dona Léa, sob a luz difusa da avenida Presidente Vargas, local de concentração das escolas de samba que desfilam na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. Era ainda início de dezembro passado, e os veteranos foliões, ambos septuagenários, já viviam mais um sonho de Carnaval. Ela, na ala das baianas; ele, na velha-guarda de sua “querida escola de samba Estação Primeira de Mangueira”. Carnavalescos de todas as alas, ainda desprovidos de suas faiscantes fantasias, também sonhavam juntos. O sonho, no entanto,

era bem concreto: era o ensaio técnico da escola, preparação adotada a partir de 2006 para se fazerem ajustes na luz, no som e se ter uma visão de conjunto do desfile, numa demonstração da crescente racionalização e profissionalismo que molda o Carnaval-espetáculo.

Andréa Sista, jovem loura que empresta sua força e ritmo a um tarol da bateria da escola, não se faz de rogada: “Isto aqui é espetáculo, é business. E vamos ensaiar, temos de dar o melhor de nós”, diz. Sebastião Henrique, senhor negro que, por ter nascido no morro, se diz há “79 anos na Mangueira”, coloca

sua experiência a serviço da harmonia, setor da escola que organiza e mantém o pulso do desfile. “Ensaio técnico é uma inovação, é como se fosse um treino de futebol. Mas eu acho que nem precisa disso, não, já tem os ensaios na quadra”, diz, admitindo também ser contra inovações de outros Carnavais: prefere gringos e celebridades na arquibancada, e não na pista com as passistas e os bambas. Andréa desfila pela escola desde 2006, quando as mulheres foram finalmente admitidas na bateria, e Henrique é da geração em que os batuques “enfrentavam os cascos dos cavalos da polícia”.

Suas posições encarnam muito um dos eternos conflitos que forjam as diferentes manifestações carnavalescas no País: tradição *versus* inovação.

Neste mês, quando o Carnaval chegar, a Mangueira pisará na avenida com um enredo que canta a trajetória da música popular brasileira e vai carregar, assim como todas as escolas de samba e outras expressões carnavalescas do País, o desafio de arrebatrar e embalar milhões de foliões no tempo extraordinário do Carnaval.

DIÁLOGO SOCIAL

Considerar o Carnaval um “tempo extraordinário”, que se insinua com novas regras para o cotidiano, inversões sociais, irreverência, rituais libertadores, permissividade, vícios e excessos, música e dança, é uma das formas de viver e interpretar esse fenômeno que, no Brasil, surgiu no início do século XX, a partir da adequação de várias tradições festivas que marcavam os ciclos de Quaresma, Natal e Dia de Reis, e nunca parou de ser reinventado.

Segundo Felipe Ferreira, professor de cultura popular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que orienta projetos de pós-graduação estritamente sobre a folia e coordena o Centro de Referência do Carnaval, em todo o mundo o tempo carnavalesco é um momento de diálogo social, de tensões, de encontros de interesses mais diversos e, por isso mesmo, muito rico para compreender as sociedades. “O crescente processo de profissionalização das escolas de samba, por exemplo, e a transformação de seu Carnaval em negócio e espetáculo nacionalizado demonstram bem a capacidade de as escolas responderem às demandas de seu tempo”, diz o estudioso, levando sua análise para a década de 1930, quando o próprio surgimento das escolas de samba refletiu uma necessidade do momento: a criação de uma identidade nacional. “Ao mesmo tempo em que a intelectualidade buscava dar uma cara para o país e forjava, para isso, o samba carioca como a música nacional, o Brasil foi sendo inventado como o país do Carnaval, com base num tipo de manifestação carioca

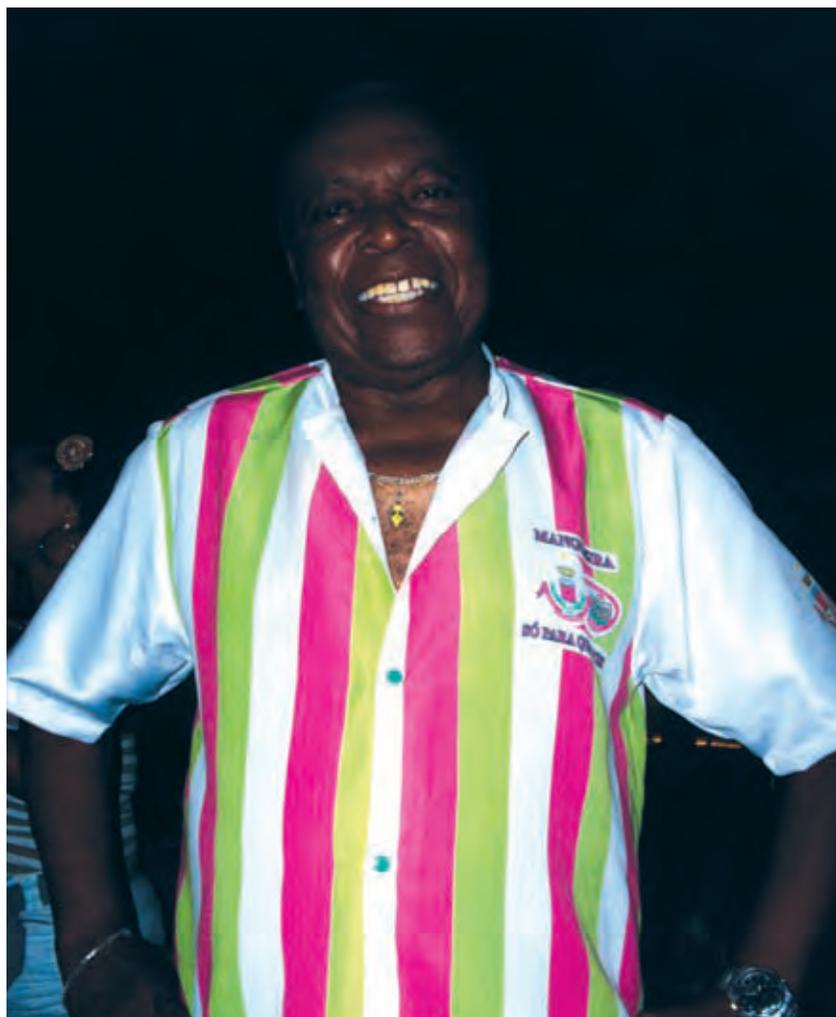
que surgia com as escolas de samba”, diz Ferreira.

Mistificadas com uma aura de tradição e pureza desde seu nascimento, as escolas foram criadas há menos de um século por grupos de músicos populares que frequentavam tanto o Carnaval das camadas médias – os ranchos carnavalescos – como as batucadas.

GÊNESE DO SAMBA

Os intelectuais em busca da “essência nacional” nunca reconheceriam nos corsos e bailes da elite a pureza necessária para uma tradição brasileira. Os ranchos, grupos que desfilavam ao som de instrumentos de sopro, corda e percussão, traziam elementos populares e agradavam, mas, voltados cada vez mais para a apresentação luxuosa de enredos alienígenas, como a queda da Bastilha, histórias de deuses gregos ou os últimos dias de Pompeia, distanciavam-se da simplicidade popular. Já as verdadeiras batucadas, versão desregrada da festa levada a cabo por negros pobres, metiam medo ao mesmo tempo em que fascinavam os bem-nascidos.

Dom Luiz e dona Léa (pág. ao lado), Andréa e Sebastião: gerações diferentes e formas diversas de encarar o Carnaval



Tânia Calhaz

Em contato com intelectuais e intuitivos suas aspirações, músicos da periferia social da cidade começaram a se organizar numa terceira expressão, propondo um arranjo baseado na força da autoridade ancestral, simplicidade visual e na pureza da percussão. A trajetória de Angenor de Oliveira, nascido em 1908 e um dos fundadores da Mangueira, representa bem esse processo. Cartola, como ficou conhecido, frequentou ranchos do bairro de classe média de Laranjeiras e formou blocos de batucada no Buraco Quente, canto em que foi morar no morro da Mangueira. Ele mesmo admitia que seu bloco era da pesada, o “Arengueiros”, que se uniu a outros quatro grupos (“Tia Tomázia”, “Tia Fé”, “Seu Julio” e “Mestre Candinho”) e a um clube de rancho para formar a escola de samba, em 1928. O termo escola de samba, aliás, segundo Ferreira, autor de *O livro de ouro do carnaval brasileiro* (Ediouro, 2005), só apareceria em 1932, quando o desfile foi organizado pelo *Jornal dos Sports* e encampado já no ano seguinte pelo diário *O Globo*.

FOLIA FABRICADA

Parece que esses músicos e suas comunidades souberam oferecer a simplicidade e a essência popular que a intelectualidade procurava. O produto desse encontro de conveniências, devidamente promovido pelos meios de comunicação e apoiado pelo poder público, gerou um Carnaval de sucesso que garantiu sua hegemonia e se reproduz sobre a maior parte do País.

Leandro, engenheiro: folião off-sambódromo



Tatiana Callieri

O estudo “Cadeia produtiva da economia do carnaval”, coordenado pelo pesquisador e jornalista Luiz Carlos Prestes Filho em 2006, destaca a profissionalização e exploração comercial da festa e afirma que o Carnaval carioca se tornou “a ‘fabricação’ de um entretenimento”. Naquele ano, só o Carnaval das escolas de samba do Grupo Especial, a elite carnavalesca do Rio, teria movimentado cerca de 700 milhões de reais e empregado 270 mil pessoas. Analisando essa cadeia, o estudo conclui que não são as agremiações que se “apropriam do excedente” e lucram com a festa. Para estas, “vale a glória de estar sob os olhares de meio mundo; vale o brilho, muito brilho sob as luzes da Passarela do Samba; vale a alegria de desfilar cantando”, diz o estudo, que, no entanto, adverte: “Nem

A trajetória de Cartola é uma síntese do processo que levou o samba a ser o que é

todo mundo está ali para brincar”. Entre os principais setores beneficiados economicamente pelo Carnaval, o estudo aponta a indústria turística (alojamento, alimentação e transporte), a indústria do audiovisual (televisão, cinema, produção de DVDs), a indústria da música (gravação de CDs, edições e distribuições eletrônicas), a indústria editorial e gráfica (livros, jornais, revistas, pôsteres, folhetos, artigos gráficos em geral), a de entretenimento (bailes, espetáculos, *shows*, bares), de instrumentos de percussão, de bebidas, serviços do comércio (formal e informal) e *sites* da *internet* (culturais, informativos e comerciais). Há ainda a arrecadação de impostos pelos governos municipal e estadual. Para o Carnaval deste ano, a Rede Globo de Televisão, que se perpetua como um dos principais pilares de formatação, promoção e distribuição do produto Carnaval, vendeu três cotas de patrocínio pelo valor médio de 20 milhões de reais cada uma.

Mas o Rio de Janeiro é grande, e o Carnaval é mais. A despeito da hegemonia da festa no sambódromo, foliões cariocas como Rita Fernandes e Leandro Oliveira

assumem sem cerimônia seus espaços no tempo extraordinário da folia. Rita é presidente da Liga Sebastiana, que reúne blocos carnavalescos da zona sul, do bairro de Santa Teresa e do centro do Rio. Leandro é líder de uma das mais de cem turmas de Bate-Bola e Clóvis da cidade. A brincadeira de Rita é se valer da irreverência para fazer samba com seus amigos sobre os últimos escândalos da política e outras crônicas bem-humoradas ao ritmo da bateria do “Imprensa que eu gamo”, bloco fundado por jornalistas em 1995. Já a folia de Leandro está na elaboração de luxuosas fantasias e no anonimato que elas proporcionam quando sai com seu grupo pelas ruas de Marechal Hermes, tradicional subúrbio carioca. Os dois têm se dedicado desde maio à produção do seu Carnaval *off-sambódromo*.

DISNEY & HANNA-BARBERA

A loja de dona Regina Neves, em Marechal Hermes, é um dos arsenais que abastecem a complexa concepção e confecção das fantasias dos Bate-Bolas. “Todas as fantasias são arrematadas por esses boás”, diz Leandro, engenheiro de produção, em tom sério e didático, enquanto segura um grosso e longo cordão feito de penas coloridas. Seus amigos ali reunidos, participantes de vários grupos de Clóvis, tentam explicar as diferenças entre os Bate-Bolas – que têm postura mais agressiva e saem com uma bandeira na mão e uma bola de plástico na outra –, e os Clóvis – que carregam uma sombrinha exuberante e um boneco de pelúcia. “A composição da fantasia é a mesma, com sapatilha, meia-calça, macacão, casaca, luvas e máscara que cobrem o corpo todo. Nossa fantasia pesa uns 20 quilos, e usamos 20 metros de pano. Mas tem grupo aí que usa 150 metros de tecido, é um exagero”, diz Leandro. A decoração da indumentária também é curiosa: personagens de desenhos animados, de preferência da Disney ou da Hanna-Barbera. No ano passado, o grupo de Leandro, a turma “Enigma”, saiu com uma fulgurante figura da índia Pocahontas.

É com muita reserva que Leandro permite que *Retrato do Brasil* entre no barracão onde produz as 40 fantasias de seu grupo. Os personagens que sua turma exibirá neste ano pelas ruas de Marechal Hermes são segredo absoluto. “Além do anonimato, a surpresa é a principal coisa do nosso Carnaval”, diz.

As turmas, de 30, 40, 150 Clóvis ou Bate-Bolas, muitas delas formadas por jovens de favelas da zona oeste e norte que comprometem até 2 mil reais com suas fantasias, saem em seus bairros embalados apenas por olas que gritam à originalidade e capricho de seus grupos. “Do final dos anos 1990 para cá, tem turmas que, na hora de apresentar as fantasias nos palcos que concentram o Carnaval dos bairros, passaram a cantar *funk*”, diz Leandro.

461 BLOCOS E BANDAS

A adoção do *funk*, a adesão de algumas garotas e o crescente luxo das fantasias são as principais inovações que vão mudando uma tradição antiga do subúrbio carioca, fundada por mascarados que saíam com macacões simples que garantiam o barato do anonimato, batendo no chão uma fedorenta bexiga de boi, assustando crianças e desavisados. Daí o nome Bate-Bola. Já o termo Clóvis seria uma distorção de *clown*, palhaço em inglês, que denominava os mascarados.

Sem contar os vários grupos de Clóvis e Bate-Bola, a Prefeitura do Rio cadastrou para o Carnaval deste ano nada menos do que 461 blocos e

bandas espalhados pela cidade: 172 na zona sul, 83 na zona norte, 39 na zona oeste, 54 na Barra, 55 na Tijuca e 96 no Centro. O aumento do número de blocos registrados foi de 71% em relação ao ano passado, mas, segundo a prefeitura, a maioria deles já existia, só não eram cadastrados. De qualquer forma, pode-se considerar a atitude de colocar os blocos na rua uma reação à posição de espectador que o folião assumiu diante do espetáculo do sambódromo, seja ao vivo ou pela televisão.

Durante o seminário “Desenrolando a serpentina”, organizado no ano passado pela Liga Sebastiana, chegou-se a cogitar a colocação de cordas em torno dos blocos para controlar seu tamanho e movimentação. Ferreira participou do encontro e viu logo que a ideia não iria pegar. “O folião de bloco no Rio quer uma festa fluida: você entra, você sai; você pode estar fantasiado ou não; pode usar camiseta do bloco ou não. Na verdade, já temos essa divisão ‘fora-dentro’ muito forte nas escolas de samba: eu tenho fantasia, você não tem. Eu pulo perto da música, você fica na arquibancada. Eu estou no sambódromo, você está aí fora me assistindo. Num

bloco de rua, as pessoas querem outra brincadeira”, diz.

FORA-DENTRO

A exemplo do confronto “tradição *versus* inovação”, a questão “fora-dentro” é outro conflito que se perpetua e se renova a cada Carnaval. Nenhum outro lugar carrega tanto esse dilema como Salvador, onde a hegemonia da festa foi conquistada pelo esquema dos gigantes blocos de trios elétricos, no qual quem está dentro está dentro, e quem está fora é pipoca.

Em vida, o poeta Castro Alves (1847-1871) certamente nunca viu um Carnaval. Quando muito, talvez tenha brincado ou fugido do entrudo, uma folia vinda com os aldeões de Portugal na qual a graça estava em jogar bolinhas de cera cheias de água em familiares, vizinhos e transeuntes no período que antecedia a Quaresma. Quando esse proto-Carnaval descambou para guerra de farinha e águas malcheirosas, acabou por ser proibido. Mais que isso, o entrudo passou a ser considerado uma festa atrasada e perigosa pelas elites, que, num processo crescente de distinção social, começaram a importar brincadeiras mais sofisticadas

Osmar Macedo e familiares, anos 1970: com a fobica nasceu o trio-elétrico, um dos mais fortes símbolos da folia em Salvador



do Carnaval europeu, como os bailes e os préstitos.

PIPOCANDO

Como estátua no centro da praça que leva seu nome em Salvador, no entanto, Castro Alves vem testemunhando e vai acompanhar mais uma vez, dentro de poucos dias, o pulo insano de milhares de foliões ao som dos trios elétricos, cuja invenção, há 60 anos, será celebrada neste Carnaval. Hoje, quem quiser seguir essas imensas máquinas sonoras tem de comprar um abadá, a camiseta que dá direito a um espaço dentro das cordas de um bloco, ou pular como pipoca no exíguo território fora das cordas. Jacksonete Souza dos Santos é pipoca convicta. “Vou pelas beiradas dos blocos em que a Ivete sai. O Carnaval parece que chama a gente para a rua. Vamos eu, meu marido, meus amigos... Já a minha filha compra um abadazinho para sair na corda”, diz a empregada doméstica que até recém-operada já pipocou atrás de Ivete Sangalo, uma das estrelas da axé music, que se sagrou nacionalmente lançada por um trio.

O movimento para compra de abadá já era grande em dezembro, numa loja especializada de um *shopping center* da cidade. “Por enquanto, se você comprar o abadá para os três dias do Camaleão, que é o bloco da banda Chiclete com Banana, vai sair por 1.940 reais. Depois fica mais caro”, diz a atendente. O bloco mais barato custava 200 reais por três dias de festa embalada por estrelas menores do axé. Existem também blocos que seguem trios elétricos de pagode, que é como é chamada a música disseminada pelo Brasil por grupos como É o Tchan e até trios de cantores sertanejos. Há ainda trios em que as estrelas são os DJs. Além dos blocos, há os camarotes — “uma festa dentro da festa” —, com serviços de bar e buffet, palcos com bandas, boates, salão de beleza, massagistas.

Fernando Bulhosa, presidente do bloco mais antigo de Salvador, Os Internacionais, e também presidente da Associação dos Blocos de Trio e do Conselho Municipal do Carnaval, que determina as diretrizes da festa, está muito satisfeito com o sucesso do modelo carnavalesco que os blocos privados emplacaram em Salvador. Bulhosa diz que seu bloco é um dos grandes responsáveis pela modernização do Carnaval, que implicou, por exemplo, a informatização dos trios

e o surgimento de produtoras artísticas que criam e gerenciam produtos como CDs, DVDs e shows, venda de franquias, micaretas, roupas e acessórios, blocos alternativos para atender a outros bolsos e faixas etárias.

“Hoje o Carnaval de Salvador tem o investimento de 750 empresas privadas, e tem blocos para todos os gostos e bolsos”, diz Bulhosa, que acredita que seu modelo de folia é altamente demo-

Sair no Camaleão custa quase 2 mil reais. No bloco mais barato, paga-se 10% disso

crático. “Com a criação dos blocos, as elites tiveram de sair dos salões e ir para a rua”, diz. De fato, o advento do trio elétrico nos anos 1950 provocou um hiato na hierarquização do Carnaval na

Bahia e promoveu a rua como espaço privilegiado e misturado da festa. No entanto, Bulhosa parece não perceber, ou admitir, que a apropriação comercial do aparato do trio e do espaço público acabou por reproduzir antigas dicotomias sociais e estéticas que sempre marcaram o Carnaval baiano, com questões de “dentro-fora”, “público-privado”, “rico-pobre”, “branco-negro”, “produtores-consumidores”.

BAIXA DIVERSIDADE

Quem identifica e aponta a renovação desses conflitos é o economista Paulo Miguez, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em estudo feito em meados dos anos 1990. “No seu conjunto, os blocos de classe média vão produzir uma versão elitizada do trio elétrico, pois, ao aprisionarem o trio com as suas cordas, esses blocos reintroduzem uma hierarquia social na ocupação do espaço público da festa.”

Além de requalificar esses conflitos, a hegemonia dos blocos de trio acaba por drenar o patrocínio das “750 empresas” e prejudica a diversidade cultural, levando

Aroldo, herdeiro de Osmar: sem financiamento próprio, o jeito é buscar patrocínio



Tatiana Callari



Reisado Imperial, de Recife: o clube carnavalesco depende do dinheiro público, que é pouco

blocos afro criados ao longo dos anos 1980 como a afirmação das comunidades negras, como Olodum, Araketu e Ilê Aiyê, a aderirem ao modelo de venda de abadás e fantasias, comprometendo o financiamento de tradicionais afoxés, tribos de índios, escolas de samba, trios independentes.

INDEPENDENTE, NÃO

“Não sei por que nos chamam de trio independente”, diz o músico Aroldo Macedo. “Nós somos dependentes pra cacete de patrocínio para sair no Carnaval. Não temos blocos e nem venda de abadá para nos financiar e dar lucro. Tocamos para o povo, para quem está na rua e quiser brincar.” Aroldo é filho de Osmar Macedo (1923-1997), técnico em engenharia mecânica que, juntamente

com o radiotécnico Adolfo Nascimento (1914-1978), o Dodô, inventou o trio elétrico. “Meu pai, que se formou pelo Senai, inventou inúmeras máquinas e ferramentas quando trabalhou aqui na construtora Norberto Odebrecht”, diz Aroldo. “Como era músico amador e parceiro de um técnico eletrônico, acabou levando sua inquietação para a música.”

Dodô e Osmar conheceram a captação eletrônica do som de um instrumento acústico pelas mãos do violonista Benedito Chaves, que se apresentou em 1942 em Salvador. Encantados pela potência sonora da novidade, Dodô e Osmar adotaram o sistema no bandolim e no violão que tocavam. Depois de muito experimentar, conseguiram superar os problemas de microfonia construindo

um instrumento em madeira maciça, que logo foi chamado de pau elétrico. Uma das variações do pau elétrico gerou o cavaquinho elétrico, ou guitarra baiana, que teria sido desenvolvida paralelamente à guitarra elétrica americana. “A distorção, a sonoridade, a pulsação da guitarra baiana é a mesma da guitarra americana. Mas, quando eles fizeram o pau elétrico por aqui, não sabiam da novidade de lá”, diz Aroldo. Assim, a Dupla Elétrica, como passaram a ser chamados, começou a apresentar suas versões amplificadas e distorcidas de sambas, frevos, choros, maxixes, serestas e polcas nas boates e festas de Salvador.

A outra invenção, o trio elétrico, se deu quando a Dupla Elétrica resolveu embarcar num Ford 1929 – uma fobica, como o calhambeque era popularmente chamado na Bahia – para percorrer as ruas no Carnaval de 1950 tocando frevo. Dias antes, Dodô e Osmar haviam se entusiasmado com a ruidosa passagem por Salvador dos 150 músicos do Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas do Recife, que seguiam para ser homenageados no Rio de Janeiro. “Meu pai era filho de pernambucanos, já tinha o micróbio do frevo. Aí, já viu...”, diz Aroldo, que conta que a empolgação dos baianos pulando atrás da colossal orquestra de frevo se repetiu alguns dias depois, no domingo de Carnaval, quando os foliões seguiram a fobica durante um ousado desfile. Ousado, pois a dupla tocava clássicos do frevo com uma base instrumental reduzida, substituindo a tradicional orquestra de metais por dois instrumentos de corda eletrificados. E também porque, ao ver a empolgação da multidão, eles resolveram levar o cortejo popular para o território das sociedades carnavalescas de elite, que desfilavam na avenida 7 de Setembro.

MARKETING PIONEIRO

Da fobica, Dodô e Osmar passaram, no ano seguinte, para um caminhão patrocinado por uma fábrica de refrigerante, abrindo a perspectiva para a transformação da farra num negócio, e incorporaram um novo integrante, formando um trio. Quando deixaram de tocar no Carnaval, em 1960, o termo trio elétrico já nomeava genericamente outras bandas que, igualmente eletrificadas e sobre rodas, animavam o Carnaval baiano. A sagração nacional do trio veio em 1969, quando Caetano Veloso vaticinou que



Varella e Cavalcanti: uma década de trabalho para resgatar a tradição do Recife

“atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu”.

Em 1974, Aroldo e seus irmãos, entre eles Armandinho, já famoso e então com 19 anos, pediram ao pai para fazer um novo trio, que batizaram como Armandinho, Dodô e Osmar. Em 1975, Moraes Moreira se juntou à banda, que fazia experimentações musicais, colocava a guitarra baiana para tocar *rock and roll* e avolumava o repertório de frevos baianos. Moraes foi o primeiro a colocar voz num trio elétrico, criando clássicos como “Pombo-correio”, “Vassourinha elétrica” e “Chame gente”. Em 1976, Moraes gravou “Jubileu de prata”, composta por Osmar para marcar os 25 anos do embarque na fobica: “No Carnaval da Bahia vou me trielétrizar / É o lugar no mundo inteiro que se brinca sem dinheiro / Basta só existir e na vida passar o trio elétrico de Dodô e Osmar”. Isso agora é história.

Esse jogo de inovação-tradição, novo-antigo está sendo jogado para valer em outra capital nordestina. No Recife, os carnavalescos têm tomado as rédeas para manter suas tradições. Na terra do frevo e do maracatu, passaram-se anos sem que o tempo extraordinário do Carnaval trouxesse às ruas clubes tradicionais de frevo, como o próprio Vassourinhas. “Os anos 1970, 1980 e 1990 foram os anos de chumbo para o Carnaval do Recife”, diz Marcelo Varella, jornalista e folião que desde 2001 participa da organização do Carnaval da cidade. Nos “anos de chumbo”, o frevo e outros 12 ritmos da festa pernambucana sucumbiram,

primeiramente, à influência do Carnaval carioca, que esvaziou as ruas e encheu os clubes sociais. Depois veio o Carnaval

“Se dessem 20 mil, ainda seria pouco. Mas não podemos dizer que não temos apoio.”

baiano, que puxou o povo novamente para as ruas, mas ao som da axé music. “Quando assumimos, fomos cutucar os clubes de frevo e os outros. Lançamos concursos, subvenções e proibimos trios elétricos aqui no Carnaval”, diz Maurício Cavalcanti, coordenador da Comissão dos Ciclos Culturais da prefeitura. Outra atitude foi descentralizar os eventos carnavalescos, levando desfiles e apresentações aos bairros da cidade.

CATÁLOGO DA FOLIA

É com incontido orgulho que Varella e Cavalcanti divulgavam, em dezembro passado, o *Catálogo de agremiações carnavalescas do Recife e Região Metropolitana*, concebido e produzido por eles e lançado pela Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco e pela Prefeitura do Recife. “Esse trabalho representa quase dez anos de uma ação direta da prefeitura para devolver o frevo para o Carnaval das

ruas do Recife”, diz Cavalcanti. Só o frevo não. O índice do catálogo elenca, além dos clubes de frevo, troças carnavalescas, blocos de pau e corda, clubes de bonecos, maracatus de nação e maracatus rurais, escolas de samba, afoxés, caboclinhos, tribo de índios, bois do Carnaval, grupos de la ursa.

AMÁLGAMA CULTURAL

O Clube Carnavalesco Misto Reisado Imperial, do bairro da Bomba do Hermetério, está ali devidamente catalogado. O vigor cultural de Geraldo Almeida, 83 anos, chega a abalar a alma de quem procura sínteses. O homem é um embaralhado de várias tradições culturais, que cultua há décadas. Líder há 60 anos de um reisado, folguedo de adoração do menino Jesus, é também cirandeiro, líder de marujadas e carnavalesco. Almeida ganhou a vida trabalhando no cais do Recife, mas se tornou músico ainda rapaz, quando aderiu incondicionalmente às festas populares e teve, em sua escola no interior da Paraíba, aulas de música, partituras e solfejos. Ele compõe para o reisado e para a ciranda — a famosa Lia de Itamaracá gravou duas composições suas. Já os frevos que formam o repertório próprio do Clube Carnavalesco Misto Reisado Imperial, fundado em 1951, são de autoria do maestro Nunes, que é também responsável pela formação musical de vários meninos na escolinha mantida durante anos na sede do reisado. Sérgio, filho de Geraldo, pedreiro de profissão, aprendeu a partitura com Nunes e segue firme os passos do pai. Em dezembro, eles faziam planos para o Carnaval e esperavam receber a primeira parcela dos 8 mil reais que a prefeitura dá a cada agremiação. “Se dessem 20 mil ainda seria pouco. Mas não podemos dizer que não temos apoio, e vamos sair”, diz Sérgio, botando para tocar um CD de frevo que reverberou na rua estreitíssima e animou seu irmão, também pedreiro e folião, a espalhar com vigor uma massa de reboco sobre uma parede.

Em Olinda, cidade pegada ao Recife, outra administração popular que chegou a prefeitura em 2001 também tomou a frente para promover o Carnaval tradicional, chegando a proibir a execução de axé music nas casas durante a passagem das orquestras de frevo. Olinda reúne hoje mais de 350 agremiações, a grande maioria registrada como troças carnavalescas, “a forma mais desorganizada

de Carnaval”, explica Julio Silva Filho, presidente da Troça Carnavalesca Mista Pitombeiras dos Quatro Cantos. Mista porque, em seus cortejos, misturam-se homens e mulheres, visto que troças como o Ceroulas se permitem arrastar apenas marmanjos. “Mas o Pitombeiras é uma troça atípica”, diz Silva, “porque sai com fantasias, enredo, como um clube de frevo. Aqui em Olinda, as troças mais antigas são assim: nós, o Elefante, os Lenhadores, o Vassourinhas de Olinda...”

Faltavam ainda duas semanas para o Natal e o som rasgado dos metais invadia o espaço atrás da Igreja de São Pedro, no centro histórico da cidade-patrimônio. A sede do Pitombeiras estava apinhada de aficionados que bebericavam cerveja e dançavam em torno dos 35 músicos de metais e taróis do maestro Lessa. Sua orquestra é disputadíssima, e o ensaio reunia também foliões de outras troças que contrataram seus serviços. “Muitos músicos aproveitam para fazer dinheiro no Carnaval e saem em várias troças e clubes”, diz Terezinha Mendes, da troça Já Que Está Dentro, Deixa, que, com essa conversa, se empenhou em traçar um roteiro dos dias extraordinários em Olinda. Os cortejos começam com o Homem da Meia-Noite, o mais famoso clube de boneco, que, nascido em 1931, inaugurou uma dinastia de bonecos gigantes – Mulher do Dia, Menino da Tarde, Seu Malaquiás, Linguarudo de Ouro Preto, etc. Às 4 horas, o ilustre bonecão entrega a chave do Carnaval para a troça Cariri, que sai pelas ruas acordando quem ousou pregar os olhos. E lá vão os músicos... “Eles dormem um pouco antes de sair com a gente”, diz Terezinha, “e depois voltam a ‘frever’.”

Naquela tarde de ensaios, a orquestra e os passistas do Ceroulas também saíram às ruas, além de três grupos de percussão de maracatu que já percorriam a cidade. A meses do Carnaval, as ruas de Olinda já pareciam apertadas para as vigorosas e ritmadas evoluções dos passistas de frevo, suas sombrinhas voadoras e a pequena multidão arrastada.

Cada manifestação tem seu ritmo e sua história. A origem dos clubes de frevo, nos ensina o *Catálogo*, está ligada a uma farra que os trabalhadores urbanos faziam no final do século XIX, e muitos carregam ainda hoje, em seus nomes, a referência a seus ofícios, como Vassourinhas, Lenhadores, Pás de Ouro, este

formado por carvoeiros. Já os blocos de pau e corda – em alusão a instrumentos como banjo, cavaquinho, violão, bandlelim e os de percussão que acompanham as líricas músicas de seu coral feminino – são dos anos 1920 e surgiram mais elitizados e aparentados dos ranchos cariocas. O maracatu de nação coroa seus reis e rainhas do Congo diante de uma verdadeira corte, ricamente vestida em veludos, sedas e pedraria. Já o maracatu rural surgiu da mistura de vários folguedos da Zona da Mata canavieira e foi levado à capital pernambucana no início do século XX, com a emigração rural. O caboclo de lança se destaca entre os vários personagens, com sua cabeleira colorida e roupa bordada, exibindo performances ao som de tambores, trompetes, cuicas e outros. O la ursa veio

da Europa. É um brinquedo em torno de um urso, fantasia tosca sobre um brincante, no qual dançam caçador, um italiano com uma mala de dinheiro e um domador. O apelo popular do urso vem das apresentações circenses que traziam o animal amestrado. Na farra, a fera às vezes foge da coleira, para desespero das crianças que acompanham o cortejo em arruaça, ao som de marchinhas, xotes, baiões e xaxados.

Diante de tanta diversidade, e talvez para se vingar dos baianos, por terem tomado seu Carnaval por um bom tempo, é comum que se escute aqui e acolá algum maledicente insinuando que, na verdade, na verdade, o trio elétrico é uma invenção pernambucana. Mas essa provocação já é mais uma história para animar o tempo extraordinário do Carnaval. ■

Pitombeiras: a troça de Olinda, como um clube de frevo, tem enredo e fantasia

Tânia Calilari



LUME SOBRE O SOLIDÉU

Obra do sociólogo Sergio Miceli, relançada no ano passado, ainda é fundamental para a compreensão de como a Igreja se estruturou no País

por *Walter Falceta Jr.*

A ELITE ECLESIASTICA BRASILEIRA - 1890-1930

Autor **Sérgio Miceli**

Editora **Companhia das Letras**

Ano **2009**

Páginas **232**

QUEM ESTUDA a República Velha (1889–1930) costuma topar com textos murchos sobre o catolicismo no período. Até mesmo entre especialistas, prevalece a ideia de que, em 1890, momento da separação entre Estado e Igreja, inicia-se uma fase de “trevas”. Nas vagas análises desse retalho de tempo, projeta-se uma teoria de estagnação e inércia da instituição.

Um estudo detalhado e criterioso, no entanto, trata de resgatar a rica e curiosa história da construção corporativa da Igreja no País. *A elite eclesíastica brasileira – 1890-1930*, de Sergio Miceli, professor de sociologia na Universidade de São Paulo, mostra que, nesses 40 anos, os prelados lograram êxitos em diversas frentes: estabeleceram fontes de receita, recuperaram patrimônio imobiliário, construíram e aprimoraram casas de formação e seminários, ampliaram a presença territorial da “organização”, criaram uma rede de serviços educacionais e profissionalizaram suas equipes de trabalho.

Esse árduo trabalho ergueu as bases para que a Igreja se reestruturasse enquanto empreendimento e pudesse, já a partir da década de 1930, assumir um lugar de importância na vida política nacional. O livro analisa os desafios enfrentados pelos bispos da época para constituir um empresa autossuficiente, orgânica em seus mecanismos de gestão e, sobretudo, poderosa.

INGERÊNCIA

Durante a vigência do regime do padroado, o poder temporal avançou sobre os assuntos eclesíasticos, ingerência que foi ampliada no Segundo Reinado. Em 1855, por exemplo, proíbe-se a admissão de noviços pelas ordens religiosas. Sete anos depois, impede-se o ingresso no País de brasileiros ordenados no exterior. Por quase um século não foram criados seminários no Brasil e o governo exercia rígido controle sobre os conteúdos curriculares nas casas de formação.

As autoridades públicas também decidiam sobre a criação de paróquias, a



divulgação de documentos pontifícios e a indicação de bispos. Na década de 1870, agrava-se o confronto entre os prelados brasileiros, interessados em exercer suas prerrogativas canônicas, e o governo imperial.

Em meio a esses embates duros, ainda que elegantes, foi implantado o regime republicano. A elite eclesiástica conquistou sua autonomia, mas, ao mesmo tempo, perdeu os polpidos subsídios governamentais com os quais contava para desenvolver suas atividades.

BISPOS-EMPRESÁRIOS

As lideranças da Igreja viram-se na obrigação de desenvolver urgentemente mecanismos que garantissem rentabilidade à instituição. Sem dinheiro em caixa e sem patrimônio físico, não havia como desenvolver o projeto de ressurreição política, tampouco implementar a “romanização” ritual e burocrática da corporação.

A primeira grande batalha se deu em torno da recuperação dos bens da Igreja sob controle do Estado ou de irmandades leigas. Essa disputa, entretanto, não instaurou um regime de conflito aberto com dirigentes locais. Na verdade, os “bispos empresários” mais bem-sucedidos foram aqueles que logo fizeram alianças com as figuras-chave do poder oligárquico.

Comandada por negociantes astutos, a Igreja logo se tornou fonte de prestação de serviços importantes à vida pública. O episcopado tratou, por exemplo, de organizar procissões cívicas e de colaborar com as campanhas em favor do alistamento militar.

Nos primeiros anos da República, a educação foi laicizada e os governos estaduais acabaram impedidos de subvencionar unidades educativas religiosas. Além disso, as reformas no ensino ergueram inúmeros obstáculos ao desenvolvimento do ensino confessional. Mesmo assim, no entanto, os empreendedores católicos foram capazes de montar, rápida e formidavelmente, uma rede de serviços educacionais destinados às elites. No período, as escolas secundárias, masculinas ou femininas, constituíram-se na mais rica fonte de recursos para a corporação.

Se desejava recuperar a posição de protagonista na vida social, a Igreja precisava também investir no recrutamento e formação de novos quadros. Em 1890, havia nove seminários maiores (última etapa de formação para a vida sacerdotal) no País. Em 1927 já eram 15, somados a

30 seminários menores (para os alunos mais novos).

Nesse período de reestruturação, a Igreja reaproximou-se do papado. A firme orientação doutrinária e sobretudo disciplinar que Roma passou a exercer nos seminários brasileiros, como destaca Miceli, colaborou para fazer vingar o projeto de “moralização” e profissionalização do clero. Os bispos, como gerentes de uma multinacional, começaram a seguir a determinação canônica de realizar as visitas *ad limina*, destinadas à prestação de contas da atividade administrativa e à entrega de contribuições pecuniárias.

Esses importantes aperfeiçoamentos, entretanto, não podem ser atribuídos à absorção pura e simples de um modelo de gestão importado. O estudo revela a construção de uma “cultura organizacional” própria, tropicalizada, sustentada por procedimentos padronizados de administração e um estilo brasileiro de comando.

FILHOS DA IGREJA

A consulta de fontes primárias de informação, sobretudo documentos da própria Igreja, resultou na coleta de dados importantes para mensurar o trabalho dessa safra de prelados empreendedores. Entre 1890 e 1930, foram criadas no país 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas. Nelas, foram trabalhar cerca de cem bispos. A localização dessas novas sedes de poder evidencia um plano estratégico geopolítico dos executivos da instituição. Líderes religiosos insurgentes, como Antônio Conselheiro e padre Cícero Romão Batista, foram isolados pela instituição. Incapazes de dismantelar os movimentos de Canudos e Juazeiro, os prelados trataram de cercar esses focos de cisma, reforçando o ministério sacramental e a pregação doutrinária nas regiões vizinhas.

No livro reeditado no ano passado (a primeira publicação é de 1988), Miceli também apresenta uma detalhada radiografia dos estratos fornecedores da mão de obra para a Igreja que se reestruturava. Há os representantes das famílias da aristocracia imperial, fontes de prestígio e recursos para a instituição. Juntam-se a esses, em posição subalterna, os funcionários colhidos entre o patriciado decadente. Completa-se o quadro com uma parcela miúda de homens de origem humilde, os “filhos da Igreja”, que desde cedo fizeram carreira na instituição.



Conselheiro: como o padre Cícero (pág. ao lado), o líder insurgente foi combatido pela Igreja na República Velha

A obra de Miceli tem sua matriz num estudo acadêmico, mas o texto não chega a ser quadrado ou áspero. Para fazê-lo redondo e liso, colaboram os textos que narram as saborosas histórias de alguns desses bispos realizadores.

A Igreja tem papel fundamental na construção de nossa cultura residente e das organizações políticas que hoje controlam o Estado, especialmente a agremiação que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. A leitura do livro vale para quem pretende descobrir como foram erguidas, de fato, as bases autônomas dessa instituição empreendedora que se reinventa sempre, mesmo em silêncio. ■

O OLHAR DO SÉCULO XX

Obra com mais de 150 imagens traz a essência do trabalho de Cartier-Bresson, o mais influente fotógrafo de uma era

por *Cristiano Mascaro*

HENRI CARTIER-BRESSON: FOTÓGRAFO

Autor **Henri Cartier-Bresson**

Tradução **Célia Euvaldo**

Prefácio **Yves Bonnefoy**

Organização **Robert Delpire**

Apresentação **Augusto Massi**

Editora **Cosac Naify/Sesc**

Ano **2009**

APÓS JOSEPH Nicéphore Niépce ter tirado, através da janela de sua casa, aquela que foi considerada a primeira fotografia da história, muitos fotógrafos seguiram seus passos contribuindo para o avanço e consolidação dos princípios da linguagem fotográfica. Nadar, Alfred Stieglitz, Paul Strand, André Kertész e tantos outros foram personagens importantes para que a fotografia passasse a ser reconhecida como forma autônoma de expressão. Nenhum deles, no entanto, foi tão fundamental e universal como Henri Cartier-Bresson. Essa é a razão da importância do lançamento do livro *Henri Cartier-Bresson: fotógrafo*, um dos maiores destaques da programação do Ano da França no Brasil, comemorado em 2009.

Nascido em 1908, em Chanteloup, filho de um rico industrial da Normandia, Cartier-Bresson estudou inicialmente pintura com André Lhote, mas voltou-se para a fotografia em 1931 por ocasião de uma viagem à África. A partir daí dedicou-se incansavelmente à criação de uma obra monumental e definitiva. Já em 1932, ao flagrar um senhor gordote saltando sobre uma poça d'água nos fundos da Gare Saint-Lazare, em Paris, ele nos aponta o caminho: "Fotografar é prender a respiração



quando todas as faculdades convergem para a realidade fugaz. É organizar rigorosamente as formas visuais percebidas para expressar o seu significado".

De fato, vemos ali a sola do sapato do personagem a milímetros de tocar uma poça d'água. Não vemos, portanto, ainda, os círculos concêntricos que se formariam caso o sapato já a tivesse tocado. Mas os antevemos nos aros metálicos de um barril ali jogado totalmente ao acaso. E o equilíbrio e a organização das formas visuais, sem contar a fina ironia, nos são dados por um outro salto, este elástico e ligeiro, de uma bailarina estampado em um cartaz colado sobre um tapume no fundo da cena. Estão contidos ali os elementos do que, resumidamente, veio a se chamar "o instante decisivo", fundamento fotográfico

que, a partir das primeiras fotografias de Cartier-Bresson, norteou os caminhos da linguagem fotográfica e influenciou diversas gerações de fotógrafos.

O livro contém 155 imagens selecionadas pelo próprio autor e pelo editor Robert Delpire, agrupadas em seis módulos, sem preocupação de recortes temáticos e específicos. Solução que "permite ao leitor estabelecer vasos comunicantes e associações inéditas", nas palavras de Augusto Massi, que assina a apresentação da obra. Além disso, essencialmente, é uma referência única para aqueles que desejam conhecer o trabalho desse grande artista considerado o "olhar do século XX". Estão ali, nas páginas do livro, todas as suas imagens mais celebradas, além daquela da Gare Saint-Lazare: os retratos de amigos célebres



e de desconhecidos, as raras paisagens e, sobretudo, as fotografias de rua, resultado de seu comportamento *flâneur*. Saía a caminhar sem destino certo, ao sabor do acaso, e sempre acabava por tornar luminosas as cenas opacas da vida comum.

Pelo apuro e rigor de sua concepção, essa edição é, portanto, uma raríssima oportunidade para conhecer a fundo a essência do trabalho daquele que podemos considerar o mais influente fotógrafo do século passado. Eder Chiodetto, coordenador de uma exposição homônima exibida numa das subseções do Sesc, em São Paulo, nos meses de setembro a dezembro passados e um dos mais reconhecidos curadores de fotografia do País, define o comportamento único do fotógrafo: “A paixão pelo prosaico e pela fugacidade da

vida é evidente na obra de Henri Cartier-Bresson. Com faro peculiar para flagrantes, Cartier-Bresson fotografa com o gosto de um caçador que persegue instintivamente sua presa. Sua busca incansável era pelo momento em que o universo em harmonia conspira a favor do artista”.

Essas observações confirmam que, na verdade, Cartier-Bresson, apesar de ter produzido grande parte de sua obra durante o pós-II Guerra Mundial, época de grande atividade fotojornalística, nunca foi, exatamente, um repórter fotográfico. Mesmo em momentos cruciais da história que presenciou, como a instalação da República Popular da China, a morte de Gandhi na Índia e as manifestações de maio de 1968 na França, ele reservou suas atenções para acontecimentos periféricos.

Suas imagens desses fatos não possuem o impacto necessário para serem estampadas na primeira página dos jornais. Nem por isso, no entanto, deixam de estar carregadas de significados que as tornam uma reflexão atemporal a respeito das relações das pessoas com o mundo à sua volta.

Pena que o acabamento do livro, apesar de ter sido impresso na prestigiada gráfica Jean Genoud de Lausanne, na Suíça, não corresponda à importância do projeto e à dimensão da obra de Cartier-Bresson. Sua impressão carece de qualidade. Há imagens fora de foco, algumas borradas e outras ainda excessivamente contrastadas. Deficiências e descaso incompreensíveis, que dificultam a leitura de uma obra que sempre se caracterizou pela elegância, rigor e fina ironia. ■



Largo dos Pinheiros, São Paulo
(Rogério Canella, 2009)

A RUA E O CUBO BRANCO

Em três exposições recentes, o grafite mostra suas possibilidades expressivas, transitando entre o espaço público urbano e as galerias e museus

por Sérgio Franco

O CARÁTER assimilador de nossa cultura manifesta-se mais uma vez surpreendente numa expressão que não nasceu aqui: o grafite. Ela garantiu a brasileiros uma inserção internacional, graças à maneira engenhosa por meio da qual incorporaram o estrangeiro num vocabulário próprio. Uma expressão que aqui se manifesta – do mesmo modo como ocorre com os craques de futebol – a partir de personalidades notáveis não necessariamente oriundas das elites oligárquicas e para a qual as armas para se destacar não são determinadas pelo capital cultural ou econômico – embora estes ajudem –, e sim pelo conjunto criativo das investidas, num rearranjo que desconcerta aquele que esperava um movimento conhecido.

A arte dos grafiteiros brasileiros tem tido certa circulação em exposições. Essa inserção num espaço não tradicional a eles permite observar as contradições inerentes a esses processos humanos, demasiadamente humanos, pois expõe as diferentes origens dessas atividades, a relação com o suporte da fotografia que os fixa no tempo e, entre a despreensão e a consagração, as aproximações com o campo da arte contemporânea.

A palavra grafite aparece pela primeira vez como *sgraffito* no *Vocabolario Toscano dell'Arte del Disegno* (1681), o pioneiro dicionário técnico-artístico do Renascimento. Nesse contexto, trata-se de uma técnica de gravar muito específica, constituída por entalhes preenchidos de tinta negra e cobertos por cal, feita nas fachadas das edificações, o que criava uma aquarela esfumada e, segundo o dicionário, fazia uma belíssima vista. Mas não foi bem essa motivação nem a técnica utilizada pelos grafiteiros no metrô e nas paredes dos bairros de Nova York, de onde os brasileiros beberam. De qualquer forma, o sentido do termo renascentista igualmente se alterou: hoje, a palavra italiana *sgraffio*, que deu origem a *sgraffito*, também tem significado de ofensa. De uma inserção plástica que proporcionava uma “belíssima vista”, passou a uma ofensa, da mesma forma que o grafite pode ser considerado um ataque à propriedade privada e uma prática insidiosa.

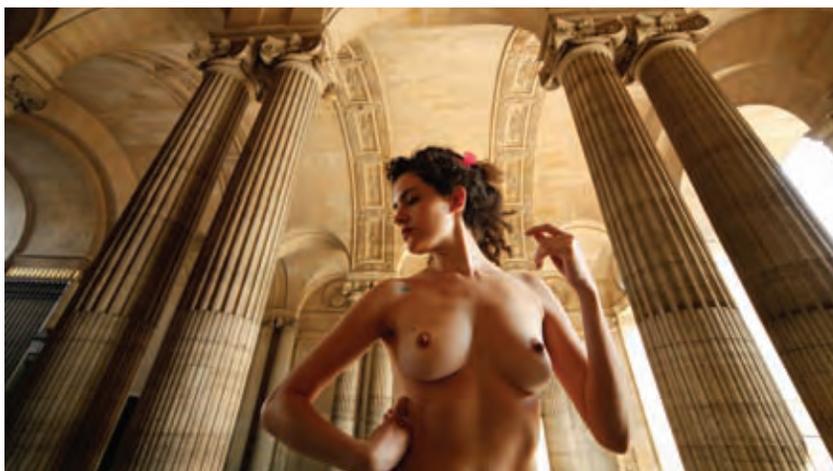
O grafite brasileiro, no entanto, guarda três características caras à expressão do Renascimento: o tratamento do desenho como coisa mental, que vemos nos *sketchbooks* dos artistas; o domínio sobre o material como condição de criação, com a técnica do *spray*; e, por fim, como Michelangelo, nossos grafiteiros entendem que a ideia não é nada sem o trabalho de realizá-la.

Os primeiros grafiteiros, quando nomearam suas intervenções, na década de 1970,

não buscaram essa referência – ela foi muito mais espontânea, banal e radical. Em Nova York, eles procuravam deixar um rastro de si: imensos números, iniciais de nomes e apelidos identificando seus escritores dentro e fora dos vagões do metrô, insígnias realizadas com latas de *spray* e canetões de feltro. Nenhuma obscenidade, como nos banheiros públicos, nem tema político, como nos cartazes da década anterior. Essas escritas, que estavam por toda parte, eram trabalho de garotos oriundos das áreas precárias da cidade. Com essa disposição criaram uma linguagem urbana que, segundo Jean Baudrillard (em “Kool Killer ou A insurreição pelos signos”, ensaio de 1972 sobre a prática do grafite em Nova York), gerava uma alternativa à paisagem dominada por padrões publicitários. Nesse gérmen, agregavam ainda um procedimento inalienável: a transgressão (o que não ocorre quando estão nas galerias – afinal, tendo esse local como alvo, a possibilidade se dissipa).

É próprio do grafite a luta desesperada contra a efemeridade, já que ele nada pode contra o caráter transitório da superfície da cidade. Os desgastes do uso e do abandono se incumbem de desfazer a intensidade das cores que revestem o concreto, tornando tudo cinza, como a cor de São Paulo. É aí que entra um dos elementos que, mesmo não fazendo parte imprescindível dessa forma expressiva, levam-no a outros patamares, dando a ele a possibilidade de durar: a fotografia. Mas a fotografia exerce aqui apenas o papel de impedir o apagamento total, restringindo, assim, suas infinitas possibilidades: os grafiteiros não são generosos com o espaço que ela poderia ocupar na criação.

Grafite de Zezão, calçada da Maison de Métallos, Paris (Gal Oppido, 2009)



Performance de Alessandra Cesstac, no Museu do Louvre, Paris (Gal Opiddo, 2009)

A fotografia, por sua vez, tem um histórico mais generoso com o grafite. Já em 1933, o fotógrafo francês Brassai (pseudônimo do húngaro Gyula Halász, 1899-1984) publicou, na revista surrealista *Minotaure*, imagens arquetípicas (máscaras, faces, morte, amor, semente, vagina etc.) gravadas pelas ruas de Paris. Esse fotógrafo, debruçando-se sobre a capital francesa e fundamentado na igualdade de gêneros que embaralhara a ordem entre as obras de arte puras, as decorações da arte aplicada e a arte primitiva, revelou a paisagem da cidade e a expressão de grafite que ela continha.

A não exploração dos recursos da fotografia entrega um dado sobre a formação dos grafiteiros: para ser um deles não se exige domínio de história da arte, apenas vencer a efemeridade da obra pintando mais do que a cidade pode apagar. O grafiteiro não reconhece as contribuições do contexto histórico-intelectual que criaram as condi-

ções para que eles fossem alçados a artistas. Joga um jogo sem ciência das problemáticas hegemônicas que mobilizam os artistas mais cultos do campo da arte.

Recentemente, de modo quase concomitante, grafiteiros brasileiros participaram de três importantes eventos artísticos, dois deles em São Paulo e um em Paris. Aqui, eles protagonizaram duas exposições em espaços consagrados – no sentido social derivado da religião – a expressões artísticas que se destinam especificamente a essa consagração. Oriundos de outra história – um tanto alheios, portanto, a uma tradição artística que se encarna em tempos próprios a ela –, os grafiteiros perturbam esses espaços com uma atração de público inédita.

As exposições Vertigem, da dupla de grafiteiros paulistanos conhecidos como OSGEMEOS (Gustavo e Otávio Pandolfo), que permaneceu no MAB/Faap no último trimestre do ano passado, e De dentro para fora/De fora para dentro, dos artistas Zezão, Ramon Martins, Stephan Doitschinoff, entre outros, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), iniciada em novembro passado e que se encerra no início deste mês, foram responsáveis pelos maiores públicos que as instituições já tiveram numa abertura. Quais são as razões para tal?

O grande público sempre foi desprezado pelos artistas interessados na valorização simbólica específica. Esses artistas das experimentações mais ousadas almejam a atenção daqueles que poderiam compreender as inovações empreendidas. O sucesso imediato daqueles que se dirigem às multidões sempre foi visto como marca de inferioridade. Para Flaubert, “se o artista não tem renda, deve morrer de fome”.

No grafite, todavia, a existência desse grande público talvez não se deva a uma

questão de direcionamento tendo em vista um retorno econômico, mas a uma generosidade para com os olhos do espectador. Esses artistas tomam partido pelo figural, na contramão da arte contemporânea, da qual o texto e o comentário são parte constitutiva.

A principal questão que se coloca entre uma linguagem (grafite, pichação, intervenções urbanas) e outra (arte conceitual, instalação, performance) está diretamente relacionada ao lugar em que se exhibe a obra. O que se faz em um lugar que não pode acontecer no outro?

Na rua, o público conquistado possui a diversidade presente no espaço público; o lugar não é asséptico, revela a cidade em camadas, de destruição, reconstrução e ruínas. Na galeria, o público conquistado é específico: é formado por aqueles que podem e querem participar de uma conversa cheia de enigmas para serem decifrados. O lugar é isolado do ambiente urbano, mesmo quando feito por um arquiteto moderno preocupado com a inserção do de fora no espaço privado. É sempre tábula rasa, nada se sobrepõe, pois a cada exposição tudo parte do zero novamente. Uma forma primordial serve ao seu desígnio: um cubo branco. Tal lugar, porém, não é inocente: o cubo branco reveste apenas uma disposição de culto que nada possui de

espontânea, pensado para isolar o público numa arquitetura que favoreça a prece. A rua, por sua vez, é a desordem constitutiva do caos da metrópole, é a deterioração que gera a efemeridade, um lugar para se estar, democrático, mas não para durar. Nela, só duram projetos como a do artista americano Richard Serra, que, com suas esculturas enormes e pesadas, de modo algum aceita a efemeridade e a desmaterialização do objeto artístico.

Buscando uma crítica ao mercado do qual fazia parte, o cubo branco passou por iniciativas na década de 1960 que impediram os burgueses de consumirem mais um objeto de arte vindo dele. E eles tiveram de pagar pelo que se passou naquele espaço: performances, *happenings*, lixo, merda, vazio etc. O cubo branco conseguiu se imaginar fora da cidade, mas não fora do sistema capitalista.

Nas exposições do Masp e do MAB/Faap, os artistas e seu público vieram da rua para o cubo branco, com algum abalo do espaço consagrado e reservado, gerado pela presença física de obras e público vindos “de fora para dentro”, como diz o título de uma das exposições. Ainda assim, o procedimento museológico se manteve razoavelmente regular, ou seja, um conjunto de obras foi selecionado e exposto no lugar sagrado.

A exposição São Paulo mon amour, realizada na França, surgiu nesse embate entre um espaço (rua) e outro (cubo branco), buscando uma conciliação feita por procedimentos criativos de relacionamento entre os dois polos, extrapolando a mera seleção e visitação. Em setembro passado, a Maison des Métallos, instituição cultural de Paris, abrigou o projeto, integrado por nove artistas: seis paulistanos, dois franceses e um alemão que se expressaram em três linguagens: fotografia, videoarte e instalação. E, para as obras na rua, agregou uma residência artística em Montmartre (bairro parisiense) com três artistas que fazem intervenções urbanas expandindo o processo de criação para a fotografia (Alessandra Cestac, Alexandre Orion e Zezão) e também Gal Oppido, fotógrafo que ampliou, nesse conjunto, as possibilidades de uma relação dialógica com o tecido urbano.

Dentre os artistas da exposição, no entanto, apenas dois são grafiteiros – afinal, não faz mais sentido fazer uso dessa expressão reduzindo-a a seus praticantes; se é arte como as outras, deve estar inserida num contexto mais diversificado de possibilidades. ■

Sérgio Franco é sociólogo, mestre pela FAU/USP e curador da exposição São Paulo mon amour

Exposição d’OsGêmeos no MAB/Faap (2009)



Divulgação

Retrato do **Br**ASIL

Quer informação para compreender quatro décadas de história?

Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.

**2 edições por apenas
3x R\$ 73,33***

** não incluso o valor do frete*



adquira já

acesse www.retratodobrasil.com

